

As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia

Sarkis Alves (org.)

Em 1º de maio de 1979, a Comissão Nacional Provisória, formada a partir do Movimento Pró-PT, publicou uma carta que indicava que eixos e características o Partido dos Trabalhadores deveria ter e quais rumos seguir. Trata-se da Carta de Princípios do Partido, e afirmava que: “(...) um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais”. O PT nasce, assim, como expressão plural de uma sociedade marcada pela desigualdade e injustiça social, defendendo desde as suas origens, a necessidade de ser pautado interna e externamente pela democracia.

Desde sua fundação o PT se posicionou como partido representativo dos interesses da classe trabalhadora e com fortes traços pluralistas. Diversas organizações de esquerda somaram-se à sua construção. Algumas dessas tendências se dissolveram, como foi o caso do Partido Revolucionário Comunista (PRC). Outras mantiveram-se no partido, como o caso da *Democracia Socialista* (DS) e o *Trabalho* (OT). A questão do direito às tendências no PT é antiga e o debate em função disso foi fundamental para a construção de sua estrutura partidária.

Em meados da década de 1980, a questão das tendências veio à tona, o que levou à necessidade de regulamentar as organizações internas e garantir a democracia interna do PT. João Machado, ex-membro da Comissão Executiva Nacional do PT, relata no documento “Um partido pluralista” presente neste Caderno de Documentos que “havia as [tendências] que viam no PT o caminho estratégico para a construção de um partido revolucionário de massas no Brasil, as que entendiam que o PT deveria cumprir o papel de uma frente ou de um ‘partido institucional’, e as que viam na participação no PT muito mais um expediente tático para chegar aos trabalhadores e para acumular força para seus próprios projetos”.

Uma das principais razões que levaram ao processo de regulamentação das tendências internas era a de evitar a criação de um “partido dentro do partido” ou de uma “frente de partidos”, alcunhados, respectivamente, por *aparelhista* e *frentista*, que resultaria no enfraquecimento do PT. O debate em torno desse ponto levou o Partido dos Trabalhadores a colocar em pauta, no 4º Encontro Nacional do PT, a necessidade de discutir uma estrutura capaz de respeitar o direito às tendências e a pluralidade, e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o partido como um todo. Assim, ficou decidida a criação de uma Comissão, cujas tarefas foram basicamente: a) promover em todo o partido um amplo processo de discussão para subsidiar a regulamentação do direito de tendências; b) encaminhar ao Diretório Nacional (DN) uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a

estabelecer, para o conjunto do Partido, as diferenças existentes entre elas; c) além dessas atribuições, competiria à Comissão ouvir partes envolvidas em disputas político-ideológicas regionais, dirimir divergências em face dessas questões e propor ao DN eventuais medidas disciplinares.

O debate ganhou ainda mais peso e lideranças de diversas organizações internas usaram, por exemplo, o espaço do *Boletim Nacional*, então órgão oficial de comunicação do PT, para defender suas posições e indicar qual caminho o partido deveria traçar.

No 5º Encontro Nacional do PT, em 1987, foi aprovada uma série de medidas a fim de regulamentar as tendências internas, levando em consideração o respeito a essas organizações, sem, no entanto, deixar de prevalecer a orientação oficial do partido. Dessa forma, ficou estabelecido que: “ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira, a filiação ao PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT”, conforme a Resolução deste encontro também presente neste Caderno de Documentos.

A Resolução sobre Tendências criada no 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores lançou as bases para a estrutura do PT que conhecemos hoje. O 1º e o 2º Congressos Nacionais do PT consolidaram essa resolução e ajudaram a ampliar a atuação não apenas das tendências, mas também dos filiados em geral, no processo eleitoral do partido. Foi no contexto de crise do modelo neoliberal (início da década de 2000) que o PT deu mais uma contribuição à democracia brasileira, ao realizar, pela primeira vez na história partidária do país, eleições diretas para a escolha de todos os dirigentes do partido.

Nesta edição, reunimos 20 documentos que resgatam a trajetória do Partido dos Trabalhadores, sobretudo, no que diz respeito à pluralidade e à democracia interna do partido. A seleção dos documentos foi feita a partir do *Boletim Nacional*, jornal do PT em circulação durante a década de 1980 e 1990, e das Resoluções de Encontros e Congressos do PT. Além dos documentos, reunimos no Caderno de Imagens cartazes, fotografias e jornais disponíveis no acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo.

Naturalmente, a pesquisa sobre a questão das tendências internas do PT não se limita a esse conjunto de documentos. No entanto, eles podem servir para estimular uma pesquisa ainda mais aprofundada, envolvendo todas as organizações e sujeitos políticos que fizeram parte da construção do Partido dos Trabalhadores.

Boa leitura!

a) CARTA DE PRINCÍPIOS – 1979

Comissão Nacional Provisória¹

A ideia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora. Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe aos seus esforços. Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania²), à sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembleias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política. Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de

aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

É por isso que a ideia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB³. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido.

Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do País. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do País.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação.

O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.

1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas.

Aqui, cabe destacar que o processo chamado de abertura política está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no País e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]⁴ e da Lei de Greve, urdidadas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional⁵ e a preservação do espírito que informa essa mesma Lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os de cima, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos de baixo, as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB⁶ foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares. Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo, pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas liderança populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de

outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplios setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada. Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do País e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT tornar-se-á, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do País.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo, sobretudo, as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém, denunciaremos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência

de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- lideranças populares, mesmo que não pertençam ao Partido;
- todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores

pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões. O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

Comissão Nacional Provisória
1º de maio de 1979

Fonte: Documentos Pré-PT. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

NOTAS

1. Indicada na reunião de lançamento do Movimento Pró-PT, realizada na cidade de São Bernardo do Campo em 13 de outubro de 1979, esta comissão estava assim composta: Arnóbio Silva, Carlos Borges, Édson Khair, Firmo Trindade, Francisco Auto, Godofredo Pinto, Henos Amorina, Ignácio Hernandez, Jacó Bittar (coordenador), José Ibrahim, Luiz Inácio da Silva, Luiz Soares Dulci, Manoel da Conceição, Olívio Dutra, Sidney Lianza, Wagner Benevides. Esta direção ficou à frente do Movimento Pró-PT até a reunião nacional de fundação formal do PT, realizada na cidade de São Paulo em 31 de maio e 1º de junho de 1980. [N. E.]

2. 1ª grande greve realizada pelos metalúrgicos, em 12 de maio de 1978, em São Bernardo do Campo/SP. Na ocasião, os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e salário, abrindo caminho para uma nova proposta sindical. [N. E.]

3. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado em maio de 1980 por um dos grupos, o ligado a Ivete Vargas, que disputavam a herança do antigo PTB, criado por Getúlio Vargas, que existiu de 1945 a 1965. O outro grupo, liderado por Leonel Brizola, criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em setembro de 1980. [N. E.]

4. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) encontra-se em vigor desde 10 de novembro de 1943, agrupando parte substancial da legislação relativa ao trabalho. [N. E.]

5. Lei de Segurança Nacional (LSN). Em 1935, no governo de Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal deste tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a Segurança do Estado. A esta primeira lei associou-se um conjunto de outras que permitiu um enorme poder de arbítrio utilizado naquela época. Em 1953 surgiu uma nova lei mais adequada ao período de normalidade constitucional que se seguiu após 1945. Mas o governo militar instaurado em 1964 alterou esse quadro e, a partir de 1965, introduziu sucessivas mudanças que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando chamada doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana. [N. E.]

6. Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição durante o período de bipartidarismo da ditadura militar, extinto em 1979 com o restabelecimento do pluripartidarismo, dando origem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). [N. E.]

b) O PARTIDO E AS DEMAIS CORRENTES DE ESQUERDA – 1982

O PT aponta, em algumas, o “aparelhismo” e o “entrismo”

A Secretaria Geral Nacional do Partido dos Trabalhadores divulgou no dia 18 de maio sua circular nº 8/82, endereçada aos Diretórios Regionais, Comissões Provisórias Regionais e membros do Diretório Nacional. A circular trata das relações entre o PT e as demais correntes políticas de esquerda, e, mais especificamente, sobre as que atuam no interior do próprio Partido. A Secretaria Geral Nacional recomenda que o documento seja amplamente discutido no Partido “e encaminhado pelos Diretórios Regionais e Comissões Provisórias Regionais a todos os Diretórios Municipais e Distritais, para discussão a partir dos Núcleos de Base”.

Trechos principais

São os seguintes os principais trechos do documento, que lembra, inicialmente, já ter chamado a atenção do Partido sobre o mesmo assunto há um ano:

“A retrospectiva de todo um ano mostra que as correntes de esquerda assumiram práticas diferenciadas com respeito à nossa organização. Uma parte delas, assimilando as características originais do Partido, empreendeu uma ação de compromisso com a sua construção e respeito a suas definições e princípios. Revelaram, de forma cristalina, a justeza da confiança depositada pela Resolução e outros pronunciamentos da Direção Nacional na possibilidade de as correntes de esquerda, com seu passado de lutas e com o potencial político de seus militantes, contribuir em de forma efetiva na edificação do PT”.

“Outra parte, entretanto, adotou práticas reveladoras de seu ceticismo frente ao PT. Persistindo numa linha política definida anteriormente ao surgimento de nosso partido, não conseguiram enxergar, a partir de análise objetiva da nova realidade, o elemento original que dela despontava e o papel que lhes cabia, enquanto correntes que se proclamam do movimento operário/popular, na consolidação do PT. O PT constitui, para elas, tão somente em um elemento a mais da conjuntura atual e, portanto, trata-se apenas de adequá-lo a seus interesses enquanto correntes e utilizá-lo da melhor maneira na sua prática política. Tais práticas se revelam através de um conjunto de atitudes que refletem as deformações já apontadas por diversas vezes pela Direção Nacional”.

“Uma primeira atitude é representada por algumas tendências que agem como se o PT fosse uma mera frente política de esquerda, simples soma de correntes. Atribuem-lhe, pois, um papel puramente tático e conjuntural e não conseguem enxergar no PT mais que uma possibilidade de acordos momentâneos entre essas diversas tendências em tomo de objetivos parciais. Efetivamente não acreditam no PT, não respeitam suas decisões internas, tiradas pelo conjunto dos militantes, e, a

todo instante, violam a unidade de ação, levando a sua própria política independentemente do PT”.

“Uma segunda atitude, que pode ser denominada “aparelhista”, vê o PT como simples engrenagem para a transmissão de sua política. As correntes que a adotam procuram utilizar-se das estruturas de nosso partido em benefício de seus próprios interesses particulares (como a eleição de seus candidatos no próximo pleito, por exemplo). Na verdade estão interessadas no crescimento do PT apenas na medida em que isso signifique crescimento de suas próprias correntes. A todo instante estão preocupadas em controlar instâncias do Partido, limitam a participação de outros militantes, atuando objetivamente contra o PT. Veem no PT não um instrumento novo, produto das lutas dos trabalhadores e de suas formas mais elevadas de organização, voltado justamente para o fortalecimento dessas lutas. Mas apenas como um meio de se firmarem enquanto tendências, cada vez mais à margem do PT”.

“Uma terceira atitude, que, em realidade, constitui uma variante da aparelhista, com características ainda mais prejudiciais, é a política do “entrismo”, adotada por certas tendências. Para essas tendências, o PT não é um instrumento revolucionário, simplesmente porque não adota as suas ideias. São obrigadas a reconhecer, no entanto, o fato inegável de que o Partido é constituído fundamentalmente de trabalhadores e dia a dia ganha maiores simpatias entre as massas exploradas de todas as regiões do Brasil. Para essas correntes resta a opção de entrar no PT na tentativa de se aproximarem dos trabalhadores e se fortalecerem enquanto correntes políticas. Em última análise pretendem transformar o PT no “seu” Partido, porta-voz de “suas” ideias. Porque o PT não adota suas visões políticas, algumas tendências adeptas do entrismo chegam a acusá-lo de ser um instrumento “contrarrevolucionário”; procuram jogar o conjunto dos militantes contra a direção do Partido, utilizando-se para isso até mesmo da deturpação grosseira dos fatos, ao mesmo tempo em que tentam crescer enquanto tendência parasitando o PT. Começando a perceber que dificilmente o PT adotará as propostas estreitas que sustentam, esses setores já estabelecem como objetivo aglutinar em seu redor um número significativo de adeptos, dentro do PT, para romper com o restante do Partido na melhor oportunidade. A política do “entrismo” é essencialmente uma política fracionista que, em última instância, leva à divisão e enfraquecimento do PT”.

“Exemplo maior de todos esses desvios apontados até aqui é o documento que veio a público – e inclusive às mãos da Executiva Nacional – durante a realização de nosso último Encontro Nacional¹. Atribuído a determinada corrente – ou parte dela – que proclama apoiar o PT, o documento revela de forma clara até que nível pode chegar a chamada política do “entrismo”. Ali estão contidos os ataques mais ferozes ao PT e à sua Direção, dentre um amontoado de falsificações e críticas descabidas. Chega-se mesmo à confissão de que, para tal tendência, só existem duas opções: ou bem consegue moldar o PT à sua imagem e semelhança ou rompe com o conjunto partidário.

“É desnecessário repetir que os compromissos da Executiva Nacional são com o conjunto da classe trabalhadora, no campo e na cidade, e não com essa ou aquela corrente, portando esse ou aquele desvio. Em consequência, é importante deixar bem claro que não hesitaremos em tomar drásticas providências contra esses desvios oportunistas, visando erradicá-los do PT e com o objetivo de manter, honrar

e aprofundar os compromissos do Partido, que se estabelecem com o conjunto das camadas exploradas do país, e não com pequenas seitas.”

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores*, n. 05, junho de 1982, p. 06. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Documento refere-se ao 2º Encontro Nacional do PT, realizado entre os dias 8 e 9 de agosto de 1981, na Assembleia Legislativa de São Paulo/SP. [N. E.]

c) O PARTIDO E AS TENDÊNCIAS – 1986

Marco Aurélio Garcia¹

José Álvaro Moisés²

Íntegra da resolução do Encontro Nacional³, apresentado por Marco Aurélio Garcia e José Álvaro Moisés.

I - O PT é um partido democrático, de massas e socialista. Não é, portanto, uma frente de organizações políticas, nem uma frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político.

II - Como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do Partido.

III - O Encontro Nacional reconhece o direito de tendências e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda a sua regulamentação. Mas o Partido entende que este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendências não autoriza a militância em outros partidos que não o PT.

IV - Caberá ao Diretório Nacional, em sua primeira reunião, criar uma Comissão que terá como tarefas o seguinte:

a) promover em todo o partido um amplo processo de discussão que subsidie a regulamentação do direito de tendências;

b) encaminhar ao D.N. uma avaliação sobre a situação das tendências e organizações no PT, de modo a estabelecer, para o conjunto do Partido, as diferenças entre elas existentes;

c) além dessas atribuições, competirá à Comissão ouvir partes envolvidas em disputas politico-ideológicas regionais, dirimir divergências em face dessas questões e propor ao D.N. eventuais medidas disciplinares.

V - No momento atual, a discussão sobre as tendências e organizações já iniciadas no PT ganha particular importância devido aos acontecimentos recentes de Salvador⁴ e seus desdobramentos sobre a vida do Partido. Nesse sentido, o Encontro apoia a decisão da CEN de expulsar os filiados acusados de estarem envolvidos na tentativa de assalto a um banco em Salvador.

VI - O Encontro recomenda aos filiados e candidatos do PT que não apoiem nem se associem a quaisquer candidaturas de companheiros que, porventura, tenham alguma vinculação com os acontecimentos de Salvador. Ao mesmo tempo, determina que sejam levadas a efeito as gestões visando ao desligamento do PT desses companheiros, tendo em vista as evidentes divergências de concepção política entre eles e o Partido.

VII - Diante da gravidade dessas circunstâncias, o Encontro resolve que permanecem em vigor os critérios para eleição da Comissão Executiva Nacional, devendo o próximo Encontro Nacional, a realizar-se extraordinariamente em fe-

vereiro de 1987, encaminhar a revisão das atuais normas, no sentido de garantir a participação das minorias em todas as instâncias dirigentes do PT.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 19, nov. 1986, p. 09. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Marco Aurélio Garcia (1942 – 2017) formou-se em Direito e Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-graduado de Alto Estudos e Ciências Sociais de Paris e professor licenciado do departamento de História da Unicamp. Ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, do Partido Operário Comunista (POC) e do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) no Chile. Foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual foi secretário de Relações Internacionais por mais de uma década. Além disso, Garcia coordenou o Programa de Governo do PT nas eleições de 1994 e 1998 e também foi assessor especial de Política Externa da Presidência da República durante os governos Lula. [N. E.]
2. Membro do 3º Diretório Nacional do PT durante o 4º Encontro Nacional do partido, realizado em São Paulo, entre os dias 30 de maio e 01 de junho de 1986. [N. E.]
3. O documento refere-se ao 4º Encontro Nacional do PT, realizado no Hotel Dantúbio, em São Paulo/SP, entre os dias 30 de maio e 01 de junho de 1986. [N. E.]
4. Assalto ao Banco do Brasil, ocorrido em novembro de 1986, em Salvador/BA. O objetivo da ação era obter recursos financeiros para a Revolução Sandinista, na Nicarágua. Na ocasião, a grande imprensa tentou atribuir a culpa ao PT pelo fato de haver, entre os assaltantes, integrantes que se declaravam petistas. Conforme resolução do 4º Encontro Nacional do PT, decidiu-se pela expulsão dos militantes envolvidos no episódio. [N. E.]

d) UM PARTIDO PARA A VIDA INTEIRA – 1987

*Olívio Dutra*¹

O PT é partido para a vida inteira. Isto quer dizer que nosso partido não se limita a participar de episódios eleitorais e nem se contenta em atuar nos parlamentos ou participar de postos de governo mesmo que levado pelo voto. Nosso partido quer ser ferramenta de trabalho do povo explorado do campo e da cidade que, por ser usada diariamente, precisa também ser afiada com frequência. A lima que afia a nossa ferramenta é de dois tipos: de um lado a lima grossa da nossa prática nas lutas e, do outro, a lima fina dos ensinamentos que as experiências de milhões de trabalhadores, por gerações, nos transmitiram via a luta de classes. Prática e teoria são os dois lados da mesma lima com que afiamos nosso instrumento partidário. O PT não pode ser, portanto, antimarxista ou anticomunista, sob pena de ser instrumento com pouca ou nenhuma valia nas mãos da classe trabalhadora para a transformação da sociedade e para a construção do socialismo.

Contra o dogmatismo

O PT, no entanto, não é sucedâneo, nem substitui os PCs² na sua forma de se construir e deliberar. Antes de se autoproclamar um partido revolucionário, marxista-leninista, o PT proclama, com humildade, mas com muita clareza, que quer ser um instrumento nas mãos do povo trabalhador para que suas lutas do dia-a-dia tenham consequências políticas no rumo da construção da sociedade sem explorados nem exploradores.

O PT faz uma crítica radical da sociedade capitalista, mas, também, no seu próprio existir e na sua maneira de se construir, quer ser uma crítica séria ao marxismo ortodoxo, às burocracias socialistas e ao chamado “socialismo real”, pelo que eles representam de petrificação e dogmatismo.

Eu, pessoalmente, acredito que, através do PT, os trabalhadores cristãos e marxistas possam retomar um diálogo necessário e, junto com os trabalhadores nem cristãos nem marxistas, realizarem a revolução como processo e ato consciente de milhões, cujos desdobramentos não se aprendem nas cartilhas ou na Bíblia. O que não quer dizer que a gente não aprenda muita coisa nos manuais e no Livro Sagrado.

Centenas de cristãos e marxistas não ortodoxos constroem hoje o PT. De repente, o Partido poderá ser a encruzilhada onde Cristo e Marx se encontrarão. Ou porventura o humanismo marxista e o humanismo cristão não se estão encontrando na Revolução Sandinista na Nicarágua?

Digo isso para enfatizar que é falsa a polarização Cristãos x Marxistas dentro do PT. Uns e outros podem ser mais ou menos dogmáticos e/ou sectários e os critico por isto. Tenho encontrado no PT cristãos com enorme ímpeto revolucionário e marxistas com profunda fé no destino da classe trabalhadora. Ambos são indispensáveis na construção do PT.

Criticarei aqui algumas correntes organizadas não pelo que são – organizações de esquerda comprometidas com o socialismo –, mas pelo que não são – ao agirem como partido dentro de outro partido, não são PT, estão no PT.

O Episódio da Convergência³

A questão de ser PT ou estar no PT não é recente. Praticamente nasce com o Partido. Nas reuniões iniciais do ainda Movimento do Partido dos Trabalhadores, em 1978/9, tanto em São Paulo como aqui em Porto Alegre e Belo Horizonte, participavam vários militantes sindicais, operários ou não, ligados ou simpatizantes de diferentes partidos de esquerda então na clandestinidade. Na reunião sindical nacional ocorrida aqui em Porto Alegre no dia 19.01.79 encontravam-se vários sindicalistas que hoje estão e são militantes de direção de outros partidos. No IX Congresso de Metalúrgicos de São Paulo, em Lins, de 22 a 26.01.79, que aprovou uma moção “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção do seu partido político”, estavam presentes figuras como o Joaquinção⁴ e o Arnaldo Gonçalves. Aliás, nesse Congresso já se diferenciavam práticas distintas de construção do PT. Benedito Marcílio, eleito deputado federal pelo PMDB, e, na época, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, sem estar sintonizado com o pessoal do Movimento pelo PT, e sob a influência da Convergência Socialista, avançou o sinal enfatizando a questão partidária, quando a questão principal daquele Congresso era construir uma campanha salarial vigorosa para aquele ano. O pessoal de São Bernardo, Lula à frente, não foi com a mesma sede ao pote da questão partidária e, quando tratou dela foi para lembrar que a criação do Partido deveria ser aprofundada através do debate nacional com os trabalhadores e setores progressistas sob pena de a ideia cair no descrédito antes de se firmar como tal. Mas os companheiros da Convergência continuaram se adiantando e elaboraram, em suas instâncias, um programa para o PT que, impresso no seu jornal, pretenderam entregar nos atos de 1.º de maio daquele ano. A Comissão Nacional Provisória se apercebeu em tempo e alertou os Estados para que não distribuíssem aquele material por não se tratar do verdadeiro programa do PT.

Por trás desse episódio, estão duas táticas diferentes, duas maneiras de construir o PT. Seria interessante falar um pouco de ambas.

A Tática do Atropelamento

A tática implementada pelos companheiros da Convergência é a do atropelamento, temos de estar na frente sempre, quem não nos acompanha é porque está contra nós ou é um reles atrasado que terá de engolir o prato feito. Sua organização não apenas discute as táticas para serem levadas para o Partido, ela decide. E, uma vez decidido, buscam empurrá-la para dentro do PT (ou sindicatos em que atuam) e, não conseguindo, levam para o movimento de massas um comportamento próprio, não raro de desprezo pelas deliberações do Partido. Falam, articulam em nome da organização, levantam suas bandeiras, distribuem seus folhetos e vendem seu jornal. Enfim, o PT é uma instância onde vão buscar alguns militantes para engrossar os

quadros da Convergência. Têm uma preocupação utilitarista para com o PT. O PT é sua referência na medida em que lhes amplia os contatos com as massas e lhes possibilita buscar entre os novos filiados e simpatizantes do Partido possíveis quadros para a organização. É melhor ir buscar quadros entre os simpatizantes e filiados recentes do PT, ainda sem a cabeça feita do que ir ganhá-los dos outros partidos ou organizações de esquerda. Tanto é assim que, nas localidades onde as instâncias do Partido estão sob algum controle dos companheiros da Convergência, ele é atritado no seu interior e tem dificuldades maiores que as naturais de relacionamento com os movimentos populares.

Os companheiros da Convergência (e os trato assim porque não os considero inimigos da Classe Trabalhadora e porque são meus companheiros de perspectiva socialista embora sua visão sectária possa muitas vezes mais atrapalhar que ajudar a construção do socialismo), mesmo que estejam no PT desde os seus passos iniciais (já observamos aqui sua prática quando da feitura do Programa) não são do PT, mas seus apoiadores quando isto lhes convém. Seu esforço é maior para controlar as instâncias já existentes do PT do que para ajudar a construir novas, cobrindo áreas e espaços políticos, onde a presença do Partido é nula ou débil. Com frequência confundem núcleo do PT com célula de organização. Isso faz que os “núcleos” sob seu controle não sejam instâncias abertas e receptivas a todos os trabalhadores e pessoas do povo que desejam ingressar no Partido. O núcleo formado com essa concepção não fez o Partido desabrochar para a comunidade onde se localiza; ao contrário, leva a instância de base a um trabalho quase clandestino que mais exclui e seleciona pessoas do que insere e enraíza o Partido na vida do bairro, vila, escola, categoria ou movimento social. Não é à toa que esses “núcleos” tenham vida sazonal. Nascem e desaparecem. Funcionam quando de eleições de delegados a outras instâncias, como instrumentos da disputa pelo poder dentro do Partido. Atuam, portanto, mais para dentro do que para fora do Partido, não realizando o balanço correto das duas direções em que um núcleo deve atuar.

As pessoas sem nenhuma iniciação política, mas ansiosas para ter aprendido que lhes possibilite atuar politicamente na transformação da realidade em que vivem, e tendo o PT como referência inicial para esse aprendizado, não raro se chocam com o clima que encontram em núcleos desse tipo. É como se abrissem uma porta e de lá saísse um bafo, um ar estranho, tão diferente do existente cá fora, de onde estão chegando, que os obrigasse a fechar a porta por uns instantes, repensar o seu ingresso, respirar fundo, buscar reservas antigas de coragem, fechar os olhos e se “atirar” naquele ambiente para ver o que acontece. Poucos se aventuram a isso. E o núcleo vira seita, comitê desta ou daquela corrente e não órgão de base do Partido.

Não se depreenda que os núcleos do Partido inexistam por pura maquiagem da Convergência ou de qualquer outra corrente dentro do PT. Os núcleos inexistem ou os que existem atuam precariamente em razão de o Partido até agora não ter formulado uma política para eles. As correntes com características de partido dentro do PT – a Convergência é uma delas e o PRC⁵ outra – têm sua própria política de formação de quadros que precede qualquer política do PT. Daí não darem maior importância para a nucleação do PT, pois já têm a sua.

Até aqui tenho-me reportado à tática dos companheiros da Convergência, cuja presença no PT se verifica desde os seus momentos iniciais.

A Tática do PRC

Mas muito próximo deles e até com mais evidências ultimamente está a tática dos companheiros do PRC, organização que veio do PMDB ingressando no PT há pouco mais de dois anos. Estes companheiros depois de ingressarem no PT continuam com a sua estrutura partidária própria: instâncias locais, regionais, nacionais e congressos. Já realizaram congressos próprios com documentos públicos onde assumem sua condição de Partido, fazem sua análise de conjuntura, definem sua estratégia e detalham algumas de suas táticas. Sobre esses documentos, por terem citado muitas vezes o PT, o Diretório Nacional já se pronunciou, condenando a prática dos companheiros e chamando as instâncias de base de Partido para um debate aprofundado nesta questão. Os companheiros responderam ao Diretório Nacional enquanto PRC em documento que enviaram para o PT e para algumas entidades de massa. Esses companheiros nas entidades e atividades de massa não necessariamente defendem as propostas do PT. Não se sentem representados pelo PT e inscrevem oradores próprios para falar nos palanques. Distribuem boletins e panfletos próprios muitas vezes com as mesmas teses do PT, mas escritas num outro modo a fim de destacar o PRC no concerto dos demais partidos de esquerda. Têm jornal nacional próprio e, como outras correntes com jornais próprios, dão prioridade aos seus órgãos informativos (vendas, assinaturas, campanha de finanças) secundarizando os Boletins Nacional e Regional do PT. Como os companheiros da Convergência, os companheiros do PRC estão no PT. Aqueles embarcaram no início da viagem, estes agora. Ambos agem como se o trem não tivesse indo no rumo que querem mas, neste trecho da caminhada é o meio de transportes que lhes serve. Fazem autocritica séria, tanto que saíram do PMDB onde fizeram a campanha de 82 e vieram para o PT com toda a sua importante bagagem teórica e prática organizativa. Mas, não raro, à mais leve crítica ao caráter aparelhístico de sua presença no PT, reagem de modo a fazer corar no túmulo os velhos do século XIX, descarregando nos seus incautos críticos e companheiros de Partido (ou de viagem) uma saraivada de adjetivos do tipo “anticomunista”, “social-democrata”, “atrasado”, “informante do SNI”, “agente da CIA” etc. O PT não é um condomínio.

Aliás, é bom lembrar aos companheiros que lerem estas linhas que esta discussão interna que estamos iniciando está atrasada por uma razão política mais geral. Até bem pouco tempo, para todos nós militantes da resistência à ditadura, pesava muito o argumento de que criticar a nós mesmos em voz alta poderia significar riscos enormes para muitos diante da repressão política. Hoje, no entanto, sem nenhuma ilusão de que a ditadura esteja completamente desmontada, não podemos continuar brandindo esse argumento para nos safarmos à discussão. Temos problemas sérios de relacionamento político dentro do PT que não serão resolvidos se não encararmos séria e francamente a questão das correntes organizadas dentro do PT que não são tendências legítimas e até necessárias na construção do PT, mas como verdadeiros partidos dentro do Partido.

O PT não é um condomínio ou uma frente de Partido de esquerda. Defendemos a formação de frentes de esquerda, progressistas na luta contra as políticas de reação e da classe dominante. O PT pode e deve participar dessas frentes ou blocos, na medida das deliberações de suas bases. É o PT participando de uma frente não

ele sendo em si uma frente de partidos. Acredito que são coisas bem diferentes.

Falei mais detidamente de suas correntes organizadas dentro do PT – A Convergência Socialista e o PRC – por entender que seu comportamento, no momento, é o mais representativo dos problemas que estamos vivenciando em torno desta questão. Reconheço, também, que esses companheiros teriam muito mais valorizadas suas contribuições políticas para o PT não fosse o viés sério de suas organizações com relação ao nosso Partido.

Não tenho receita para a solução imediata do problema, mesmo porque qualquer encaminhamento deve passar por um debate sem medo e sem preconceito que envolva discussão sobre núcleos, táticas partidárias à estratégia do PT e a questão do socialismo. E essa discussão tem que ser embriagada à realidade da construção diária do partido que não pode sofrer de solução de continuidade nem ser tarefa de apenas alguns, mas de todos os que queremos - e precisamos - um PT de massas e de luta que não fique na metade do caminho que nos leva à sociedade igualitária, fraterna e democrática: a sociedade socialista.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 25, fev. 1987, p. 06-08. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Membro da Executiva Regional (RS), Secretário Geral Nacional e Deputado Federal pelo PT/RS. [N. O.]

2. O autor refere-se aos Partidos Comunistas existentes no Brasil. [N. E.]3. Organização de esquerda de orientação trotskista surgida em 1978 e atuante no interior do PT até 1992. Seu processo de reorganização resulta na criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1994. [N. E.]

4. Neste contexto, Joaquim dos Santos Andrade (1926-1997), conhecido como Joaquinzão, era presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). [N. E.]

5. Organização clandestina de esquerda fundada em 1984. Definindo-se como um partido de caráter marxista-leninista, assumiu uma postura crítica em relação ao stalinismo, à orientação política do PCB, PCdoB e MR8 (considerada moderada), e aos trotskistas. Entre suas lideranças destacou-se José Genoino Neto - eleito deputado federal pelo PT de São Paulo, em 1982. [N. E.]

e) UM PARTIDO DE MASSAS E MILITANTE – 1987

Raul Pont¹

Tradicionalmente os partidos de esquerda e de base sindical, tiveram uma trajetória semelhante na história do movimento operário. O PT nasceu fruto de uma experiência singular, diferenciada.

Na Europa, onde o desenvolvimento capitalista produziu um proletariado numeroso já a partir da primeira metade do século XIX, esses partidos surgem de pequenos grupos de vanguarda em torno de jornais e periódicos (as ligas) que expressam a unidade ideológica e programática do grupo. Durante anos sua atividade volta-se para a propaganda de uma concepção de mundo crítica do Capitalismo devido às enormes dificuldades de um partido legal e massivo.

Outra origem é a sindical. O direito à sindicalização foi uma conquista mais ou menos contemporânea à organização partidária dos trabalhadores com variações entre os países europeus. A unidade em torno de interesses materiais comuns que o sindicato cria era uma condição muito favorável para mostrar a necessidade da organização política. Esta experiência, cuja base de massas é superior às experiências anteriores, ainda que sem a identidade ideológica e a coesão programática dos primeiros, foi importante para a ampliação massiva dos partidos operários. O Partido Trabalhista Inglês², surgido no início do século XX, é o exemplo mais clássico dessa experiência. Nas primeiras décadas, inclusive, a filiação dava-se através dos sindicatos.

O Partido operário viveu também experiências de fusão de correntes sindicais e grupos mais ideológicos, como ocorreu na Alemanha, na segunda metade do século XX, com a formação do Partido Social Democrata³. O primeiro grande partido com base de massas e programa anticapitalista.

Com a crise da social-democracia europeia, na Primeira Guerra Mundial, outra experiência foi vivida pelos partidos operários. Com o surgimento da III Internacional, formaram-se os partidos comunistas através de cisões dos antigos partidos socialistas e social-democratas ou novos partidos atraídos pela Revolução Russa e pelo trabalho da III Internacional. É o caso do PC brasileiro⁴, fundado em 1922.

O PT tem sua singularidade, pois não é uma cisão de PCs brasileiros⁵ nem deles se reivindica. O sindicalismo brasileiro, por sua vez, sempre sofreu uma grande repressão e padeceu de um preconceito à política gerado por décadas de dominação ideológica burguesa e controle material do Estado.

As vertentes do PT

O PT nasceu da fusão de três vertentes básicas num momento em que as **condições objetivas** (amadurecimento do capitalismo brasileiro e um profundo processo de urbanização e estratificação das classes sociais) e as **condições subjetivas** (crise da

ditadura e sua base de sustentação, ascenso das lutas sindicais e florescimento de uma nova vanguarda) eram propícias para isto. Isto é, a conjuntura de 1978/80.

Desde o primeiro momento, ao lado das lideranças sindicais que davam ao projeto a base de massas necessária a um partido, postaram-se inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido à repressão e à crise que as organizações de esquerda (APML, CS, MEP, POC, ALN, VAR, MR8, PCBR etc.)⁶ em seus vários matizes, haviam vivido no final da década de 60 e início dos anos 70. Esses grupos, correntes e indivíduos, com graus variados de implantação local-regional e com experiências distintas e desiguais de definição programática e orgânica – alguns até com pretensões partidárias próprias – não vacilaram em abraçar a proposta de formação do PT. Este representava a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significava a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências: um partido operário, de massas, de dimensão nacional e que negava na sua origem o reformismo e o populismo – dos PCs e do PTB – no movimento operário brasileiro.

Somou-se a essa origem um conjunto de forças difusas e com experiências mais heterogêneas, mas que tinham sua identidade no trabalho comunitário e popular através das comunidades eclesiais ou do amplo leque de trabalhos junto à população pobre executados por organismos de base da Igreja cristã.

Essa heterogeneidade de formação, que dá ao PT uma singularidade entre os partidos de esquerda, tem sido uma de suas grandes forças, talvez até uma de suas principais virtudes. Isso obrigou a que houvesse toda uma troca de experiências – difícil e árdua no início – e de concepções que foi uma das mais radicais lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil.

A prática política foi testando e pondo em xeque concepções sobre a construção partidária e muitas soçobraram no confronto com o real. Muitos apostaram, inicialmente, que o PT seria uma simples “frente de esquerda” onde várias correntes teriam abrigo e uma legenda eleitoral. E com um pouco de sorte e competência, no momento propício saíam com uma corrente já nacional, mais forte etc. Algumas dessas correntes julgavam-se, inclusive, “o Partido” ou “o embrião do Partido” revolucionário no Brasil.

Outros viam – talvez ainda pensem assim – no PT uma espécie de “expressão dos movimentos sociais” de base. Mais um instrumento para canalizar insatisfações, fazer eco às reivindicações da base e incentivar a multiplicação das organizações de base e dos movimentos sociais como a garantia para conquistas e avanços democráticos.

Evidentemente, muitos – a maioria – viam o PT como simplesmente um Partido, pois para um grande número era a sua primeira experiência partidária, ainda que neste campo o leque de posições sobre que tipo de partido seria o PT, fosse também amplo e difuso. Seu parâmetro de julgamento são os partidos burgueses conhecidos. Não cogitavam o que é o PT à luz do movimento operário internacional, suas experiências, o funcionamento da democracia interna e as relações direção-bases.

Falta de Direção

A prática do PT, as experiências vividas ao longo destes seis anos, já se encar-

regaram de negar algumas teses e consolidar outras. Enfim, o Partido cresceu, consolidou-se nacionalmente, chegou ao Parlamento, e é hoje um dos maiores partidos brasileiros.

Ao longo deste período o Partido não sofreu cisões ou defecções sérias a não ser uma ou outra perda individual, mas seu próprio amadurecimento o obriga a tratar as questões orgânicas com maior profundidade.

Depois de alguns anos o discurso basista ou espontaneista, que remete sempre as questões polêmicas ou controversas para o campo vago e impreciso de que “as bases resolverão” ou que “as bases ainda não discutiram” ou então, na visão espontaneista, de que é “no andar da carroça que as abóboras se ajeitam”, deixa de ser uma “virtude democrática” de que tudo flui de baixo para cima, para significar amadorismo e incompetência na construção partidária.

Essas avaliações iniciais são necessárias na discussão que hoje existe no PT “sobre as tendências e grupos” no seu interior, para que o debate não caia num mero sectarismo de “caça às bruxas” sobre a posição X ou Y, como se aí residisse o problema para uma série de questões que afligem o Partido do ponto de vista orgânico.

Um exemplo: não é culpa das tendências que não exista dentro do PT uma política firme e rigorosa sobre as finanças partidárias, sobre a cotização regular de cada filiado ou militante, sem a qual é impossível construir qualquer coisa, seja grupo, grupelho, tendência ou partido. Não é culpa das tendências, também, a ausência de um periódico nacional, regular, que dirija o Partido, que oriente o conjunto da militância, que socialize as várias experiências que o Partido vive em todo o país.

Estas questões não são fruto apenas de possíveis erros da direção, mas refletem também uma história do PT, sua origem, a realidade social em que nasceu, seu tempo de existência.

O que queremos dizer é que a questão das tendências e grupos dentro do PT é algo mais complexo do que normalmente tem aparecido nos debates internos. Ela reflete uma herança histórica, uma experiência acumulada de erros e acertos de uma parcela da esquerda brasileira. Ela é, também, a expressão direta de desníveis de consciência política e experiência partidária do proletariado e das novas vanguardas sindicais e populares brasileiras cuja experiência social foi e é bastante desigual.

A questão das tendências requer, igualmente, que esse debate se dê paralelo àquele das relações entre direção e bases, o que dá a um filiado o direito de votar e ser votado, o grau de hierarquia e de centralismo no respeito às decisões coletivas, da unidade de ação externa do Partido nas frentes de massa.

Essa discussão deve ser feita paralelamente e de maneira profunda dentro do PT, sob pena de sectarizarmos o debate sobre as tendências e grupos, e que trará prejuízos e dispersão de forças no momento em que mais precisamos de coesão e unidade para enfrentar a Nova República⁷ e sua transição conservadora.

Achamos que o PT deve avançar nessa discussão levando em conta sua experiência, as definições já estabelecidas no Regimento Interno e, principalmente, as experiências ricas vividas pelos partidos operários em nível mundial.

Tragados pelo PT

No primeiro aspecto, por uma razão simples, a experiência vivida pelo PT foi

suficiente para que muitos companheiros mudassem sua opinião sobre a construção partidária. Vários grupos, alguns, inclusive, defensores da concepção “frentista” ou de que eram o “embrião” do partido revolucionário no Brasil, foram tragados pelo PT. Ou seja, suas limitações programáticas e sua organicidade foram suplantadas pela prática petista e isso os levou à extinção pura e simples. Foram absorvidos pelo PT. Outros mudaram sua visão, com ou sem autocritica, mas mudaram e aceitam o PT como Partido.

No atual Regimento Interno, o PT avança em relação à legislação burguesa ao garantir o direito de representação nas instâncias de direção partidária – os Diretórios – a qualquer posição que atinja 10% dos votos convencionais nos Encontros. Consolida, também, uma posição correta ao impedir ao filiado a duplicação de cargos executivos nas instâncias diretivas, apesar de esse princípio já estar arranhado – sob o argumento da provisoriedade – pela atual Executiva Nacional. Avançou, igualmente, na subordinação dos parlamentares e dos cargos de indicação partidária advindos dos espaços públicos conquistados, no aspecto político e financeiro.

Infelizmente, ainda não consagrou – ao nível das Executivas – o princípio da representação proporcional das várias correntes, numa posição equivocada da maioria partidária, que é tão ou mais grave do que muitas críticas feitas às “tendências” ou “grupos”.

O monolitismo das direções partidárias revelou-se, historicamente, no principal instrumento de burocratização dos partidos operários. A ausência do direito de tendência, e sua não expressão nos órgãos dirigentes, leva a direção monolítica a um espírito de corpo, de autoproteção que se torna fatal à democracia interna. E, aqui, não se confunde isso com a necessária unidade externa do Partido, mas a uma visão equivocada que pode até reforçar teses sobre a “correção” ou as “vantagens” do Partido único, monolítico, na construção do socialismo. Essa posição foi uma das razões mais fortes que explicitam a burocratização e até degeneração da administração e da gestão dos países do bloco socialista.

Neste mesmo momento, portanto, a nosso ver, a discussão sobre esse tema deve ser aprofundada conjuntamente com o debate, com que tipo de partido e, por decorrência, que modelo de socialismo queremos. Esta é, evidentemente, uma discussão que precisa de muito amadurecimento dentro do Partido.

Nós, como sempre estivemos, desde o primeiro momento, na defesa do PT como um Partido, com unidade na ação, com democracia interna e o mais profundo respeito à representação de todas as correntes nas instâncias de direção partidária, defendemos que o PT pode dar novos passos, mais profundos e mais conscientes, em sua construção partidária.

Não vemos as tendências como um mal, ao contrário, sua existência no PT tem sido positiva, no encaminhamento de propostas, nas iniciativas de debates, no alinhamento de posições mais próximas qualificando as disputas pelas direções e assim por diante. Não somos cegos de que existem graus variados de coesão interna, de maior ou menor compromisso com a construção partidária e, até, que ainda existam tendências que acreditam pouco no PT como Partido. Vemos, igualmente, correntes e tendências que deliberam previamente e agem organizadamente, mas não se assumem ou buscam bodes expiatórios para problemas orgânicos e políticos do PT na denúncia “das tendências” como a “origem do mal”.

Contra detetives no PT

Para nós, são tendências do PT não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao Partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes próprias de recursos e fóruns de decisão, bem como a chamada “Articulação”⁸, hoje tendência majoritária dentro do PT.

O que importa, portanto, é despir esse debate de sectarismo e hipocrisias e estabelecermos critérios cada vez mais claros de funcionamento orgânico, para que as cobranças, as deliberações e a democracia interna dependam da estrutura partidária e não do espírito detetivesco que sempre “vê algo mais” por detrás das posições assumidas, clara e abertamente, dentro do Partido.

Somos defensores que o PT seja um Partido de massas, mas um Partido militante, pois é completamente falsa a polêmica de que um Partido de massas é antagônico a um Partido de militantes conscientes, politizados, capazes de ter iniciativas no campo político, orgânico e teórico no cotidiano de seu trabalho de massas.

Nesse sentido, para comprometer o conjunto de filiados e militantes na construção partidária e fazer avançar o seu nível de consciência, defendemos que o Regimento Interno deve incorporar no seu texto:

a) O direito de representação proporcional em todas as instâncias de direção: Diretórios e Executivas.

b) Consolidar a figura de que o filiado só participa e vota com direitos plenos nos Encontros do Partido se estiver quites com a tesouraria correspondente e participar de uma frente de trabalho do Partido no movimento de massas.

c) Regras (formalização da existência, textos que circulem no Partido, número mínimo de adesões) para a formação de tendências ou correntes que disputem os Encontros Partidários em todos os níveis.

d) A subordinação da minoria à maioria não pode ser restrita apenas às decisões internas do Partido na escolha das instâncias diretivas e/ou aprovação de teses e propostas sobre a tática e a estratégia partidária, mas vale e deve ser incorporada, também, no encaminhamento da ação dos filiados nas frentes de massa (sindical, estudantil, comunitário etc.)

e) As tendências não podem sobrepor-se às instâncias orgânicas do Partido: núcleos, diretórios etc., e o debate interno sujeitam-se a essa estrutura partidária como instância de deliberação.

f) Proibição de que as tendências ou grupos falem em nome do Partido ou tenham aparecimento orgânico público paralelo ao PT ou como alternativa a ele.

A incorporação pelo Partido dessas propostas não esgota, mas significará um salto de qualidade no processo de construção partidária e habilitará o PT a enfrentar melhor não só os desafios da conjuntura, mas, com igual ou maior importância, também os desafios de sua própria definição política, ou seja, qual o caráter do socialismo que queremos.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 25, fev. 1987, p. 08-10. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Membro da Executiva Estadual do RS, membro do Diretório Nacional e Deputado Estadual pelo PT. [N. O.]
2. Partido Trabalhista (Labour Party), formado em 1900, no Reino Unido, é um partido social-democrata, cuja orientação política é de centro-esquerda. [N. E.]
3. Partido Social Democrata (SPD), formado em 1875, na Alemanha, cuja orientação política é de centro-esquerda. [N. E.]
4. Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), e extinto em seu X Congresso, em 1992, no contexto da crise do Leste europeu. Seus antigos dirigentes criaram o Partido Popular Socialista (PPS) e uma parcela minoritária dos militantes, que registrou uma pequena agremiação com o nome Partido Comunista Brasileiro, vigente até hoje, reivindica, assim como o PCdoB, ser a legítima herdeira da organização criada em 1922. [N. E.]
5. O autor refere-se aos Partidos Comunistas existentes no Brasil. [N. E.]
6. Respectivamente: Ação Popular Marxista-Leninista (APML), Convergência Socialista (CS), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Partido Operário Comunista (POC), Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). [N. E.]
7. Nova República foi a expressão empregada para designar o governo escolhido em eleição indireta, no Colégio Eleitoral, que sucedeu a ditadura militar, em 15 de março de 1985. [N. E.]
8. Tendência interna do PT constituída em 1983, majoritária em praticamente toda a trajetória do partido. Surgida a partir do que ficou conhecido como “Manifesto dos 113”, a Articulação reuniu militantes petistas independentes oriundos de sindicatos (como o próprio Lula) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). [N. E.]

f) PT: PARTIDO DA RUPTURA POPULAR – 1987

Hélio Corbelini¹Ruy Guimarães²

Há algum tempo, vem-se acirrando, no interior do nosso partido, um conflito de posições delineando dois campos: “ARTICULAÇÃO³ (ex 113) e “TENDÊNCIAS” ou “CORRENTES INTERNAS”:

Esta discussão não deve mais ser protelada, pois a construção do socialismo no Brasil tem sido o norte do PT desde sua fundação sem, contudo, estar claro qual socialismo e como se chega até ele.

Temos nos restringido ao discurso de que “o socialismo será obra dos próprios trabalhadores”, o que é correto, porém insuficiente para um partido que, neste processo, deve levar a cabo importantes tarefas de organização e mobilização da massa explorada.

Não é apenas mobilizando as massas para exercer pressão sobre o regime, acumulando vitórias eleitorais e consolidando reivindicações em lei que se chega ao socialismo. Isto, em última análise, é entrar no jogo da “transição pacífica” proposta pela esquerda reformista que se aliou à burguesia.

Nosso papel deve ser provocar a RUPTURA POPULAR com o regime capitalista porque é no fogo da luta que os trabalhadores acumulam forças e experiências e forjam seus instrumentos conforme as exigências deste embate. Não se constroem primeiro os instrumentos para depois passar à luta.

É o PT que se apresenta hoje como instrumento capaz de expressar os interesses e anseios dos trabalhadores brasileiros e de cumprir um importante papel no avanço da consciência das massas no rumo da RUPTURA POPULAR.

Por isso, excluir qualquer força engajada nesta tarefa é negar sua perspectiva de construção do socialismo no país.

A formação do PT

O PT é um partido institucional, mas teve um surgimento diferente dos partidos legais existentes hoje no país.

Surgiu da necessidade que os trabalhadores do ABC paulista sentiram, na conjuntura que seguiu à onda de greves em 1978⁴, de uma organização partidária própria que se colocasse à esquerda da postura de conciliação do então MDB⁵, acabando por romper na prática com o bipartidarismo.

Apesar dos entraves da legislação eleitoral, o PT conseguiu firmar-se como partido nacional, conquista que, na história política brasileira, somente quatro partidos alcançaram: PTB, PSD, PCB e UDN⁶ – e obter registro definitivo em 1982.

Neste caminho, das greves ao registro definitivo, as organizações de esquerda desempenharam um papel que não deve ser subestimado. A esquerda realmente comprometida com os anseios populares e a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores jogou toda sua força e seus militantes no cumprimento de tarefas necessárias para a fundação e consolidação do PT. É falsa, portanto, a ideia que a esquerda revolucionária veio militar no PT para utilizá-lo como trampolim para seu próprio crescimento.

Em sua trajetória política, o PT tem conseguido demarcar o enfrentamento do campo burguês com o campo popular, no que a riqueza das discussões internas é de fundamental importância. Também neste plano, o papel das esquerdas tem sido crucial; basta que citemos as posições tiradas em convenções nacionais, muitas delas elaboradas pela articulação das esquerdas, que a história provou serem mais corretas e que hoje são referenciais no sentido da RUPTURA POPULAR: Diretas já, Não ida ao Colégio Eleitoral, critérios de coligação, Constituinte Exclusiva, Não ao Pacto Social etc.

Caráter do PT

Afirmamos que o PT é um partido institucional já que está submetido à Lei Orgânica dos Partidos (LOP). No entanto, sua postura é de rompimento com a ordem estabelecida (por exemplo: quando apoia a invasão de terras ociosas sem esperar a promulgação da reforma agrária) e, neste sentido, adquire o caráter de instrumento de ação revolucionária. Dentro do PT e da CUT⁷ se gestam hoje os elementos da ação revolucionária: crescimento da vanguarda, consciência de classe e ação de massas.

A organização interna do PT, a partir de núcleos de base, lhe permite manter a tirada de posições programáticas unitárias “de baixo para cima”, e lhe confere também a qualidade de educador para a militância orgânica, indispensável para que a luta dos trabalhadores transcenda o caráter conjuntural, economicista e reivindicatório e o isolamento de cada categoria, transformando esses trabalhadores em sujeitos de sua história, aglutinando-os em torno de um projeto político de defesa de seus interesses de classe.

Fica claro, portanto, que a questão em discussão passa pela definição dos destinos do caráter do PT: ou avança como instrumento de transformação radical que rompe com a ordem ou se coloca como mais um partido atuante apenas dentro da ordem, reeditando, assim, a experiência internacional da Social-Democracia, que acredita ser o parlamento o caminho das transformações radicais da sociedade. A experiência tem demonstrado que esta postura serve de instrumental da administração das crises do capitalismo.

Difícil é desmascarar estas posições social-democratas, pois sempre se transvestem de posições “teoricamente” progressistas revolucionárias, mas são incapazes e incompetentes para elaborarem propostas concretas sempre que surgem estrangulamentos no processo de luta da classe operária na perspectiva de construção do socialismo.

O papel do PT

O papel do PT, mesmo em disputas eleitorais, deverá ser sempre de direcionar para a luta, para o enfrentamento político com a ordem, para a tomada da ofensiva pela massa e para a conquista do poder.

Combatemos a visão do PT parlamentar. A busca do poder não deve restringir-se à via eleitoral. Desta forma a luta sindical e a luta no campo não são redutos de votos. O PT deve estar nestas lutas direcionando-as para o confronto com o capital, promovendo a discussão política e desvelando nesta discussão o jogo de interesses Capital X Trabalho, buscando bandeiras unificadoras de luta do campo operário-popular que provoquem o enfrentamento com o poder do Estado burguês.

Dentro desta concepção é papel do PT ser o polo aglutinador das forças populares no sentido de concretizar a unidade dos trabalhadores na luta contra o capitalismo.

A Constituinte e o PT

A partir da instalação dos trabalhos constituintes, o PT deverá compor com as forças progressistas não só buscando a aprovação de emendas que interessem aos trabalhadores, mas também, principalmente, provocando uma intensa mobilização popular na defesa dos interesses da massa explorada, tarefa que extrapola uma simples inclusão na Carta Constitucional, pois é sabido que o Congresso como um todo é predominantemente conservador e assentado num Estado burguês.

A unificação destes setores de oposição deve ser o objetivo do PT, apontando desde já com a proposta de um governo popular.

O processo de elaboração da Constituição se dará concomitantemente à efervescência do movimento popular e é tarefa do PT acirrar estas contradições impedindo que se concretize a tática da Nova República, que é a canalização destes conflitos para o campo institucional.

O PT deve, ainda, tomar a iniciativa de propor Comitês Pró-Constituinte Popular, com o objetivo de abrir a discussão nas entidades e no seio do movimento, defendendo as bandeiras para a Constituinte que interessam aos explorados e oprimidos (contra o pacto social, contra o arrocho salarial, contra a discriminação, revogação da Lei de Segurança Nacional e demais leis repressivas, desmantelamento do aparato repressivo, estatização dos serviços básicos e do sistema financeiro, diretas para presidente, não pagamento da dívida externa, educação pública e gratuita em todos os níveis etc.).

As Assembleias Legislativas

Em nível externo, os parlamentares do PT devem comportar-se como efetivas lideranças, mantendo estreito vínculo com o movimento de base e sendo sua principal tarefa a mobilização.

O parlamento deve estar a serviço do movimento, sendo as seguintes suas principais tarefas e funções em nível externo:

1. Servir como tribuna de denúncias de corrupção, injustiças sociais e desrespeito aos direitos humanos acompanhando e divulgando os desdobramentos destas denúncias;
2. Usar a estrutura do parlamento para reforçar a organização independente dos trabalhadores;
3. Divulgar, através de boletins próprios ou da imprensa do partido, a procedência e o destino de verbas e dotações orçamentárias;
4. Combater a prática clientelista e entreguista que hoje caracteriza o parlamento.

A Imprensa do PT

O PT deve ter um órgão de imprensa de caráter formativo e informativo.

Como órgão informativo, deve ser competente para se colocar como alternativa à grande imprensa e num nível que possa responder aos ataques da imprensa oficial.

Como órgão de formação, deve veicular os debates internos em torno das questões políticas, resguardando espaço a todos os militantes e à expressão de todas as correntes que compõem o partido.

O corpo editorial deve contemplar todas as posições empenhadas na construção do PT.

Reconhecer o direito de tendências

As concepções aqui expostas contemplam a posição de não exclusão de qualquer força do PT, pelo contrário, deve haver o máximo empenho para que militem de forma unitária todas as forças comprometidas com a transformação radical da sociedade brasileira rumo ao socialismo.

Propomos, assim, o reconhecimento imediato do direito de militância a todas as correntes internas ao PT, resguardando que suas relações entre si não firam os Estatutos e a Carta de Princípios.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 25, fev. 1987, p. 11-12. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Membro do Diretório Regional do Rio Grande do Sul. [N. O.]
2. Membro do Diretório Regional do Rio Grande do Sul. [N. O.]
3. Tendência interna do PT constituída em 1983, majoritária em praticamente toda a trajetória do partido. Surgida a partir do que ficou conhecido como “Manifesto dos 113”, a Articulação reuniu militantes petistas independentes oriundos de sindicatos (como o próprio Lula) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). [N. E.]
4. O documento refere-se às grandes greves realizadas pelos metalúrgicos do ABC no ano de 1978. O movimento grevista iniciou-se no dia 12 de maio de 1978 pelos operários da Saab-Scania ao se depararem com seus salários “arrochados” pelo governo da época. Logo o movimento se difundiu e trabalhadores de outras fábricas, como Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen, também cruzaram seus braços contra a política do arrocho salarial e as precárias condições de trabalho. As greves do ABC abriram uma nova fase da política nacional e um novo modelo de sindicato, conhecido como Novo Sindicalismo ou Sindicalismo Autêntico. [N. E.]
5. Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição durante o período de bipartidarismo da ditadura militar, extinto em 1979 com o restabelecimento do pluripartidarismo, dando origem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). [N. E.]
6. Respectivamente, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Comunista Brasileiro (PCB), União Democrática Nacional (UDN). [N. E.]
7. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. É uma organização sindical de abrangência nacional que surgiu das greves do ABC paulista, ocorridas a partir de 1978 e tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) surgiu a partir de setores mais antigos do sindicalismo ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8). Em 1981 foi realizada a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora que decidiu pela criação de uma Central Única dos Trabalhadores. No entanto, divergências entre o chamado “novo sindicalismo” e estes setores tradicionais produziram uma divisão, que resultou, respectivamente, de um lado, na CUT e, de outro, na Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em 1983. Em dia 21 de março de 1986 a Conclat transformou-se em Central Geral dos Trabalhadores. [N. E.]

g) VAMOS COLOCAR AS CARTAS NA MESA – 1987

Adeli Sell¹

O crescimento orgânico e eleitoral do PT, cuja implantação se dá de norte a sul do país, vem colocando velhos problemas e novos desafios para o próprio Partido e para o movimento dos trabalhadores em geral.

Como partido de massas em construção, o PT traz no seu interior distintas visões de luta pela democracia e pelo socialismo. Estas visões propiciam e continuam a ensejar a reunião de militantes em agrupamentos, tendências, correntes ou articulações várias mais ou menos estáveis ou circunstanciais, dependendo das questões que estão em pauta na vida do Partido.

Num certo sentido, não poderia ser de outra forma num partido amplo que, tendo como base a independência política, a independência dos explorados e oprimidos diante da burguesia de seu Estado, procura resgatar a autêntica democracia, a livre discussão dos problemas políticos e organizativos, sejam eles nacionais ou internacionais.

Sabemos que estas discussões foram muitas e muitas vezes asfixiadas em nome de “partidos revolucionários”, “estados socialistas”: pior, tudo em classe operária.

O nascimento do PT já é uma negativa em aceitar essas manipulações feitas no passado. O desenvolvimento do PT e sua política até hoje nos autorizam a dizer que continua a negar a política de submissão da classe operária diante da burguesia, como os PCs² fizeram e continuam a fazer até hoje.

Nossa militância anterior ao PT no movimento dos trabalhadores, como nossa integração ao PT e até a nossa participação em corrente ou articulação não nos faz afirmar que defendemos um modelo de partido estruturado permanentemente assim.

No entanto, a situação tal e qual o PT se encontra hoje só será superada com uma ampla e profunda discussão política, imune de sectarismos e fórmulas acabadas. Nenhuma medida administrativa (como acreditam tanto alguns defensores como adversários de tendências) resolverá esses problemas.

O partido não é uma frente

Acreditamos que a diversidade de visões, desde que estas aceitem o quadro coletivamente estabelecido pelo Partido – que não é uma frente –, não tira a eficácia da ação unificada do PT, num certo sentido, ficou demonstrado pela trajetória petista desde a sua fundação.

No entanto, a força impressionante e a vida palpitante do PT são, muitas vezes, golpeadas pela ação de alguns dirigentes, de alguns parlamentares e de alguns agrupamentos. Esses fazem, objetivamente, o jogo nefasto daqueles que procuram, permanentemente, liquidar nosso Partido.

É bom lembrar alguns desses procedimentos. Ninguém esqueceu os prejuízos causados pelas posições e pronunciamentos de um Aírton Soares³, de uma Bete Mendes⁴ e de um José Eudes⁵. O quanto também foi penoso para nós as desventuras

do assalto na Bahia⁶, prato predileto da burguesia para atacar ainda mais o nosso Partido, buscando estigmatizá-lo.

E agora, durante a campanha eleitoral, várias vezes foi desrespeitada a Carta Eleitoral⁷. Isto também fere a democracia interna do partido. Candidatos simplesmente esqueciam-se de fazer campanha unitária, não lembrando o nome do candidato ao governo e nem que havia dois senadores. Outros não contribuíam com o Fundo Comum da campanha.

E os problemas políticos colocados nas eleições de Pernambuco e Bahia também se chocam com deliberações nacionais, democraticamente tomadas pelo partido.

Política de cartas na mesa

Outrossim, não há como aceitar a existência de partidos dentro do Partido. Partidos que sobrepõem sua disciplina à do PT; que concorrem com o PT junto ao movimento de massa; que disputam com ele a direção dos movimentos; que decidem às escondidas, às costas da base partidária, muitas vezes contra o PT.

Aprofundar a experiência de organização política independente da classe trabalhadora significa, antes de mais nada, dar livre curso à discussão democrática. As cartas, no PT, devem ser postas na mesa e não guardadas no bolso ou na manga.

A transparência das propostas, dos agrupamentos, deve existir para o partido no seu conjunto. Somente com a livre discussão, organizada com base no respeito mútuo, na lealdade, é que podemos avançar na superação dos preconceitos e da discussão desvendada. Clarificar as propostas, jogar luz sobre as forças em jogo, avançar coletivamente esses são os desafios mais prementes do Partido.

É determinante que cada companheiro discuta e formule propostas nas instâncias do Partido, que ele deve integrar e construir, como base de sustentação e organização do Partido. A decisão cabe à maioria e não a um comando paralelo qualquer, que competirá com as instâncias partidárias. (Mas é claro que o PT não é apenas a militância organizada. Há filiados e não filiados que votam no PT ou que colaboram com ele circunstancialmente.)

Portanto, não pode haver uma disciplina própria de uma corrente, pois a disciplina é a do PT, soberanamente definida pela discussão.

Com esses breves tópicos, esperamos que a discussão inicie e prossiga, mas é necessário que nossos encontros formulem precisamente – sem prejuízo de maior elaboração e discussão – as maneiras de garantir a aplicação de suas decisões, o respeito de sua soberania, ou seja, o respeito de todos os militantes (ou correntes) à democracia interna.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 26, abr. 1987, p. 07-08. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Membro da Executiva do Rio Grande do Sul. [N. O.]

2. O autor refere-se aos Partidos Comunistas existentes no Brasil. [N. E]

3. Airton Estevens Soares (1945). Advogado e político brasileiro. No contexto deste documento, deputado federal por São Paulo (1975-1987). [N. E.]
4. Elisabete Mendes de Oliveira (1949). Atriz e militante. No contexto deste documento, deputada federal (1983-1991), secretária de Cultura do Estado de São Paulo (1987-1988). [N. E.]
5. José Eudes Freitas (1946). Advogado e político brasileiro. Já foi deputado estadual no Rio de Janeiro (1979-1983) e deputado federal pelo Rio de Janeiro (1983-1987). [N.E.]
6. Assalto ao Banco do Brasil, ocorrido em novembro de 1986, em Salvador/BA. O objetivo da ação era obter recursos financeiros para a Revolução Sandinista, na Nicarágua. Na ocasião, a grande imprensa tentou atribuir a culpa ao PT pelo fato de haver, entre os assaltantes, integrantes que se declaravam petistas. Conforme resolução do 4º Encontro Nacional do PT, decidiu-se pela expulsão dos militantes que estavam envolvidos no episódio. [N. E.]
7. A primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora ocorreu entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande, São Paulo. Ela reuniu 5.247 delegados representando 1.126 entidades sindicais. [N. E.]

h) O PT E AS TENDÊNCIAS – 1987

Selvino Heck¹

As correntes organizadas no PT são uma realidade desde a sua fundação. O novo, portanto, no debate atual não está na constatação de sua existência, mas sim na identificação dos novos desafios que o Partido vai enfrentar na alteração ou aprofundamento desta realidade.

Neste sentido, embora todas as divergências, os sectarismos de parte a parte, as correntes organizadas não foram tratadas pela maioria do Partido como corpo estranho, pelo simples fato de serem organizadas. A rejeição ou os problemas eventualmente surgidos com esta ou aquela corrente, enquanto tal, sempre estiveram vinculadas a uma reação de defesa (toda divergência política, corrente ou articulação, tem um limite: é o que precisa ser definido. Num partido, não se admite qualquer corrente ou qualquer divergência). Isto é natural, especialmente num partido político em crescimento como o nosso, que se vê diante do desafio de ter que dar um salto de qualidade.

O PT hoje sabe da necessidade de aprofundar a definição de seu projeto político e de dotar o organismo partidário de maior eficácia e eficiência em sua intervenção, seja do ponto de vista da unidade, seja do profissionalismo. É preciso dar consequência às decisões tomadas. Afinal, o PT cresceu muito, já é, no mínimo, um partido de porte médio nacional, e, ao mesmo tempo, a conjuntura exige definições políticas (que partido queremos, partido de massas x partido de quadros, o socialismo e como chegar a ele, entre outras) e respostas adequadas ao momento político, ao tipo de partido que é o PT e ao seu atual peso e importância política.

Da história do Partido passaram também a fazer parte as diversas articulações dos chamados independentes (113 em determinado período), com maior ou menor grau de unidade. E uma segunda constatação que permite, em linhas gerais, comparar parte substancial do Partido às correntes organizadas, ao menos enquanto iniciativa de discussão política anterior aos momentos de decisão nas instâncias partidárias. Mas, em se tratando de algumas correntes, a comparação termina aí, pois não se poderá dizer, ao escrever a história do Partido, que as articulações citadas disputaram com o Partido a intervenção no movimento de massas, ou enquanto forças esqueceram ser parte do PT, passando a representar sua articulação ou se contrapondo à direção partidária, o que, com algumas correntes organizadas, acontece constantemente e com outras eventualmente.

Constatar, porém, não é suficiente. É necessário investigar o que há de principal na origem da articulação dos chamados independentes e tirar as consequências que importam para a presente discussão.

A articulação dos chamados independentes constituiu-se em oposição (do ponto de vista de reação posterior) às correntes, na tentativa de resposta às necessidades de qualificação e discussão política nos organismos partidários. As correntes organizadas, muitas vezes, ditavam ou tentavam ditar o ritmo da discussão, pri-

vilegiando a sua discussão interna, de acordo com a sua definição política e não com a do PT, e roubando, por consequência, o debate do coletivo partidário. Se não houvesse correntes organizadas no Partido, tal situação não se colocaria, porque os debates seriam feitos no conjunto do Partido e não ficariam fechados ou ditados por este ou aquele grupo ou corrente.

Não se tire, porém, conclusões apressadas. A não existência de correntes no PT de massas serve apenas como hipótese para afirmar a dificuldade de construção do coletivo partidário com fortes elementos do novo (e por isso desconhecido), como é o PT, confrontado com o polo de atração das correntes organizadas, seguidamente com um grau de definição muito maior, mas nem por isso mais verdadeiro.

PT de Massas

O PT como é, e como o queremos e pensamos, um partido de massas, dificilmente deixará de ter correntes, com um grau maior ou menor de organização e unidade. Primeiro, porque é próprio de um partido de massas ter correntes internas. Segundo, porque o atual estágio do movimento de massas e da esquerda brasileira facilita a dispersão.

Nos últimos vinte anos, os partidos da esquerda tradicional estão atravessando uma grande crise política e ideológica que tem como centro o questionamento de sua capacidade de influência sobre as massas. Consequência disso criou-se um vácuo do ponto de vista da tradição histórica brasileira que pudesse funcionar como polo de aglutinação da esquerda.

Outro elemento desse quadro é o estágio de reconstrução do movimento de massas depois de 1964, por um lado, e, por outro, a construção de algo novo do ponto de vista da organização independente dos trabalhadores.

Em síntese, não há uma prática historicamente consolidada (entendida enquanto praxis) que sirva como critério de verdade e elemento maior de aglutinação e unidade. Por isso, divergências históricas do movimento internacional adquirem um peso maior e sobrepõem-se à criação de um projeto político adequado à realidade concreta.

O PT surge em meio a esse processo, muito mais como consequência do crescimento do movimento operário do que por elaboração de agrupamentos de esquerda capazes de responder adequadamente aos desafios postos pela realidade; estes, em momentos distintos, aderem ao PT.

Nesse sentido, o PT traz em si, enquanto elemento espontâneo, uma crítica profunda à incapacidade das esquerdas brasileiras de se vincularem às grandes massas. Por outro lado, a capacidade de ligação com as massas é justamente a grande força do PT e atração para as esquerdas organizadas ou não. Por isso, a identidade do partido, condicionada por seu curto tempo de existência, ficou limitada: a) a alguns princípios; b) à compreensão da ligação vanguarda-massa, ainda que pouco elaborada, mas nem por isso menos importante para a formulação do projeto político; e, c) à consolidação de elementos de um programa e táticas que o colocaram em franca oposição à esquerda reformista e ao projeto de transição burguesa e com divergências maiores ou menores com a esquerda organizada não reformista.

Caminhos da unidade

As correntes organizadas, ao se integrarem ao projeto do PT (ainda que com divergências ou restrições), trouxeram e mantêm um grau de definição sobre os caminhos da revolução brasileira, em geral muito maior que o próprio PT. O mérito disso está no reconhecimento da necessidade de formulação da teoria da revolução brasileira. Contudo, o simples fato de ir além não assegura que o caminho trilhado seja o adequado. Em muitos aspectos, este caminho tem sido a repetição, sob nova roupagem, das velhas fórmulas, testadas pela história como incorretas.

O que temos então: de um lado, o avanço limitado (pelas razões já expostas) das definições do PT como um todo; de outro, as esquerdas organizadas com um grau de definição quase completo. A confrontação destes dois processos levou muitas vezes o PT para a atomização, a formulação de diversos projetos, o sectarismo, a despolitização, o que tem reforçado o grau de indefinições de políticas e a falta de intervenção unitária enquanto partido. Neste sentido, é possível afirmar que as correntes organizadas dentro do PT funcionam como elemento desagregador. E, como outra face de uma mesma moeda, são também elemento de aglutinação e unidade, ao reconhecerem, de forma consciente ou não, e em graus diversos, o que há de novo no PT, na sua capacidade de ligação com as massas e de gerar, no processo, uma práxis, tornando nosso partido um polo de aglutinação das esquerdas nãoreformistas.

A consequência a tirar de tudo isso é a necessidade de armar o partido para enfrentar as definições que se fazem necessárias, reconhecendo nas correntes organizadas o que há de impulsionador para estas definições e limitando o que nelas há de identidade própria em conflito com o partido. Por isso, a urgência e a importância desse debate que ora se inicia e a proposta de discussão das seguintes medidas, a serem incorporadas no Regimento Interno do PT:

- a) não se admite partido dentro do Partido;
- b) o espaço de intervenção das correntes é interno ao Partido;
- c) o relacionamento de qualquer organismo partidário com os integrantes das correntes será igual ao relacionamento adotado com qualquer um dos seus filiados;
- d) a intervenção partidária no movimento de massas de qualquer filiado do Partido é subordinada às instâncias do Partido;
- e) na intervenção nos organismos de massa, qualquer manifestação dos petistas será subordinada à direção partidária e reconhecimento desta como condutora das políticas do Partido e intervenção unitária;
- f) qualquer manifestação de filiados ao Partido em nome de correntes ou partidos que não se subordinem às normas partidárias sofrerá os processos previstos no regimento interno, desde a simples advertência até a expulsão.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 26, abr. 1987, p. 08-09. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Selvino Heck é deputado estadual pelo PT do Rio Grande do Sul. [N. O.]

i) TENDÊNCIAS NO PT: BALIZAR PELA POLÍTICA – 1987

Tarso Genro¹

É absolutamente artificial a diferenciação que tem sido feita, até agora, em alguns momentos mais sectarizados do debate, entre “partidos” e “correntes”, no interior do PT.

Se a supressão formal desta diferença fizesse avançar alguma coisa, bastaria que eventuais partidos que optaram por não se legalizar (por julgarem que precisamente é necessário construir um partido legal de massas) mudassem de nome – passando a denominar-se corrente “x” ou organização “y” e a questão estaria solucionada. E estaria formalmente solucionada mesmo que estas correntes ou organizações tivessem vínculos internacionais, ou seja, fossem fração de uma macro-organização internacional.

Considero o vínculo internacional não só um direito, mas uma necessidade para a luta dos trabalhadores, embora pessoalmente creia não existir, hoje, uma organização internacional que preencha as condições para constituir-se como uma referência mundial para os trabalhadores.

O confronto corrente/partido é, em suma, absolutamente falso, porque a questão não é de forma, mas de conteúdo. O que importa é saber: qual a política levada pelos militantes filiados ao PT? Qual a atitude que eles têm em relação ao mesmo? Qual a sua posição em relação ao socialismo?

Em segundo lugar, por que o problema colocado de outra maneira leva à impossibilidade do debate? Se os partidos ou correntes não reconhecem a sua existência, ou, ainda, não se “legalizam” internamente, os seus militantes não se assumem como integrantes de uma estrutura, o que teoricamente faria parte do PT abrir uma verdadeira “caça aos clandestinos”, terminando por receber ajuda do SNI², o que seria, no mínimo, constrangedor e, mais ainda, se ela fosse patrocinada por uma corrente que não se admitisse como existente, mas que também tem seus foros de discussão e de planejamento do trabalho político.

Por isso, uma questão política no interior de um partido político, que rejeite o inquisitório stalinista como forma de disputa, só pode ser resolvida pela política e não pela administração.

A oposição partido/corrente é inepta para resolver o debate, ainda porque o pressuposto teórico de uma estrutura organizativa, para denominar-se organização ou corrente, não oferece sequer indícios de garantia de qual vai ser seu comportamento perante o PT. Ao contrário, pode revelar um taticismo totalmente sem princípios, aparelhista e, este sim, “entrista”, para imprimir pela burocracia e não pela discussão política honesta um determinado caminho para o conjunto do PT, usando a sua “simulação” para ganhar espaço no aparelho para combater concepções que lhe são contrárias. Não há fatalidade na representação política.

A sociologia burguesa divide os partidos (Maurice Duverger³) entre aqueles que são de criação eleitoral e aqueles de criação externa.

Os primeiros seriam partidos oriundos das lutas parlamentares e os segundos originar-se-iam, principalmente, das lutas de resistência e dos movimentos de base, cuja origem não radica na luta institucional parlamentar. Para quem coloca, como objetivo, a mudança social de fundo, esta distinção é atual porque possibilita apontar um aspecto novo do PT: é que ele rompe com esta contradição e congrega, na sua origem, o reconhecimento da necessidade da representação institucional dos trabalhadores e a soma das experiências sindicais e operárias, nas lutas econômicas, durante um largo período da ditadura militar⁴. O processo que se iniciou com as grandes lutas do ABC ainda se encontra em gestação e a própria relação do PT com o socialismo ainda não está definida. Basta ver a posição de Lula, por exemplo, defendendo a formulação de uma teoria socialista do “dia-a-dia”, e Weffort⁵, defendendo a compatibilidade do socialismo com a grande empresa privada.

No Manifesto Comunista⁶, Marx refere-se ao Partido Comunista como um movimento dos operários e trabalhadores radicais e não como uma organização revolucionária, formalizada, com estruturas até o nível local. Os principais partidos operários modernos vêm na trilha do Manifesto, estabelecendo, com ele, compatibilidades, críticas, convergências, relacionamentos “oficiais” ou “profanos”. O impulso das revoluções europeias do século XIX (1848, Comuna de Paris em 1871) e do começo deste século (a revolução alemã-Weimar 1919, mexicana, húngara e russa) bem como as lutas revolucionárias mais perto da metade do século (China, Grécia, Espanha) impulsionam maior democratização da sociedade burguesa e com ela a valorização dos partidos legais.

Entendo que são dois os impulsos básicos que determinam a legalização dos partidos de trabalhadores no mundo moderno: de uma parte, o impulso cooptador, da legislação burguesa, que necessita estabelecer regras de competição, pelas quais a burguesia é ordinariamente vitoriosa, ordenando, num mesmo ato, as relações políticas através de representantes minimamente legitimados; de outra parte, as classes dominadas se veem constrangidas a legitimar o ritual, porque necessitam interferir nas decisões do governo, para melhorar as suas condições de vida através da luta legal, visando à repartição menos excludente do produto social, embora reconhecendo o jogo “democrático” como insuficiente para resolver as questões de fundo, inerentes ao domínio burguês sobre o “estado de direito”.

Foram vários os caminhos percorridos pelos partidos operários e de trabalhadores ao longo da história do capitalismo. Todos eles surgiram como “novas” alternativas e realmente muitos deles o foram. No seu curso, porém, foram colocados em ordem unida pela legislação burguesa, pelos preconceitos por ela irradiados, pelo culto da legalidade e do espontaneísmo, pelo desprezo da teoria que permanecia, ordinariamente, sendo patrimônio da intelectualidade burguesa.

O Partido Trabalhista inglês⁷ (Labour Party), por exemplo, composto na sua base majoritariamente por trabalhadores e operários, desde a sua organização formal em 1899, hoje é um partido ideologicamente e politicamente submetido aos interesses da burguesia inglesa. O PCB⁸ e o PC do B⁹, para dar um exemplo que nos é próximo, independentemente do respeito que temos pela trajetória de ambos e pelas páginas de heroísmo que centenas de seus militantes inscreveram na nossa história,

hoje se alinham com a transição conservadora, funcionando, no interior da frente burguesa, como um elemento precariamente crítico. Ambos, que disputam até a data de fundação (1922), são objetivamente comprometidos com a transição conservadora e alimentaram, nas massas, a adesão ao governo Sarney, promovendo a defesa das falsificações contidas no Plano Cruzado¹⁰.

Dezenas de exemplos poderiam ser citados para demonstrar que, inclusive mesmo a origem operária “pura” dos partidos, não garante, de antemão, que eles serão fiéis aos seus compromissos originários.

O exemplo mais lamentável é o patrocinado pelo PSOE (Partido Socialista Obrero Español)¹¹, fiador da política de “recuperação”, implementada pela burguesia ibérica, cujo “militante” mais conhecido, Felipe Gonzales¹², já coordenou, na Europa, a “política Reagan”¹³, contra a Nicarágua democrática e funcionou como garoto-propaganda da Otan¹⁴, que, como se sabe, é a organização militar da burguesia internacional, que põe em risco cotidianamente a paz mundial.

Mas, o que pode, então, tender a garantir o futuro de um partido de trabalhadores, além da sua composição social e do seu programa?

A sua ação política, a elevação teórica dos seus quadros e militantes e o procedimento pelo qual ele resolve os seus conflitos internos; porque o conflito constitui o próprio processo, não só de elaboração de uma linha política, mas também da geração de uma personalidade política; porque a resolução das batalhas ideológicas – cujas posições sempre representam concepções sobre os caminhos para o socialismo – levanta candentes problemas práticos e teóricos, que orientam e reelaboram permanentemente a prática política; porque o embate permanente de concepções é a única dialética que leva à aproximação e à superação das verdades.

A questão da vanguarda

Quero registrar que entendo que no Partido dos Trabalhadores há um potencial efetivamente transformador, um potencial revolucionário, à medida que ele atrai a simpatia e a militância de milhares de operários avançados e porque, pela sua prática política, tem apresentado uma postura objetivamente anticapitalista, em cada conjuntura. Mas, nem o seu futuro enquanto partido classista está resolvido, nem está indicada, ainda, no processo revolucionário brasileiro, qual forma orgânica que vai aglutinar e dar corpo à alternativa radical de massas, à alternativa transformadora, à alternativa operária e popular, para traçar um novo caminho político e econômico para o país.

Será esta forma orgânica uma frente, um partido, uma aliança de dois ou mais partidos? Não há uma teoria acabada da nossa revolução, por isso a questão permanece um desafio.

Não basta, evidentemente, ter um programa mais radical ou, menos ainda, declarar-se como “o partido” das transformações, como sempre fizeram os partidos comunistas tradicionais. Nem basta ter participado das lutas clandestinas de resistência às ditaduras (vide PCB, PC do B, PCI, PSOE etc.) Só o que resolve tal “destinação” é a política, as formas de luta, as formas de organização, a capacitação do conjunto da militância, bem como a possibilidade de que uma parte avançada desta credencie-se como um referencial teórico e de massas; portanto, de elevada

formação política e nível teórico, tornando-se, via de consequência, uma vanguarda. Aliás, jamais ocorreu na história qualquer transformação verdadeira de fundo sem a existência de uma vanguarda.

Tendo em conta este quadro é necessário responder – posto que o processo de construção de um grande partido socialista de massas não chegou ao seu termo e nem existe uma teoria acabada para a revolução brasileira – se é lícito, ou não, militarem no PT, aqueles que sustentam ser necessária a construção de uma vanguarda orgânica, não exposta à repressão, tome ou não tome, esta vanguarda, o nome de “partido”?

A primeira consideração a ser feita é a respeito do termo vanguarda, já que ele é ligado, pela palavra e até certo ponto pela tradição, ao “vanguardismo”, forma de ação que pretende substituir as massas na luta política. Vanguarda, porém, na minha concepção, não é isso e sim significa simplesmente estar à frente, ou pelo menos lutar para “estar mais à frente de um conjunto determinado”, sem distanciar-se desse conjunto, a ponto de tornar-se estranho a ele e sem substituí-lo na luta política.

Todo partido tem uma vanguarda, seja ela orgânica, ou não, composta por grupos, pessoas, estruturas, mesmo informais, que estão “mais à frente”, na elaboração teórica e na ação política. Mesmo os partidos burgueses têm sua vanguarda, pois a vanguarda (ou seja, grupo, pessoas, estruturas, que estejam “mais à frente”, além do senso comum) é uma preliminar mínima para rejeitar o irracionalismo e para organizar a reprodução da ação política, para elaborar criticamente as experiências, para aprender com as massas, educando-as igualmente.

Aqueles que negam a necessidade de que um partido de massas tenha uma vanguarda, ou mesmo várias vanguardas, que no debate político elaborem a ação mais ampla do partido, que negam que um partido de massas tenha, portanto, pessoas, grupos, estruturas formais ou informais mais à frente, buscando ver mais longe e socializando esta visão, para o conjunto da militância, ou querem o monopólio da vanguarda para si, enquanto indivíduos, ou fazem o culto do espontaneísmo. E esta estrada, como já demonstrou a história, é o caminho mais curto para o oportunismo, para o culto do parlamento burguês, para defesa velada ou aberta do economicismo, com pretensões apenas formais de que os trabalhadores cheguem ao poder, mas, na verdade pretendendo, eles mesmos, chegar ao governo, o que, como também a história já demonstrou, é muito diferente.

O caminho da política

Todo partido é composto de pessoas que são admitidas nas suas estruturas, contraindo obrigações, deveres e tendo direitos. O que se requer é saber se estas pessoas estão dispostas – e demonstram isso na sua prática – a construir sinceramente o partido, no caso o PT; se elas objetivamente militam no PT; se elas elevam seu nome e acumulam politicamente para ele. Por isso, o balizamento deve ser, de um lado, a submissão dos indivíduos aos estatutos, de forma igual para todos e, de outro, a identificação política com a proposta do PT, no estágio em que ela se encontra, já que ela é uma proposta em construção, e não a identificação com o que pensam deva ser o PT, alguém ou alguma estrutura formal ou informal.

O fato de algumas pessoas defenderem a necessidade de construir, em conjunto com a construção do PT, uma vanguarda orgânica e de outros não a defen-

derem, mas praticarem o seu trabalho de vanguarda, tal fato não incompatibiliza a militância no PT, porque vanguarda e partido de massas não são opostos, mas complementares.

Quero deixar bem claro, finalmente, que não atribuo a qualquer corrente, organização ou partido, no PT, a condição de vanguarda atual e mesmo a destinação fatal de vanguarda exclusiva, nem nas tarefas de construção do PT, nem como vanguarda das massas exploradas e oprimidas.

Entendo que a verdadeira vanguarda não se resolve por declaração de intenções, mas pela sua demonstração prática e pela capacitação teórica dos seus quadros. O PT, além de ser um partido de massas, é, também, o espaço político privilegiado para proporcionar o surgimento de uma verdadeira vanguarda para as transformações sociais no Brasil, vanguarda esta que alguns entendem deva ser orgânica e que outros, pelo menos pelo seu empirismo, defendem-na como informal.

Por ser o espaço político privilegiado para o surgimento, quem sabe pela fusão, de uma verdadeira vanguarda, o PT não assume a condição de partido tático, mas integra a própria estratégia de construção de uma saída socialista para o Brasil, pois, se tático ele fosse, deveria ser substituído no próprio processo, enquanto a pretensão de quem luta pela existência de uma vanguarda orgânica é **PRECISAMENTE VALORIZAR O PT, HISTORICAMENTE, PARA QUE O SEU CONJUNTO NÃO SE TORNE UMA INSTITUIÇÃO DA ORDEM.**

Atualmente, a nossa luta central é pela unidade na luta contra a transição conservadora e na oposição ao governo burguês do sr. Sarney. O nosso desejo é que eventuais divergências, sobre essas questões das correntes, não prejudiquem esta postura fundamental para o futuro do nosso partido.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 26, abr. 1987, p. 09-10. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Tarso Genro foi candidato à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. [N. O.]
2. O Serviço Nacional de Informações era um órgão subordinado à presidência da República. Ele foi criado durante a ditadura militar, em junho de 1964, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informações e contrainformação, especialmente as de interesse para a segurança nacional. O SNI foi extinto em 1990. [N. E.]
3. Maurice Duverger (1917-2014) foi cientista político e jurista. Além disso, Duverger foi deputado federal europeu (1989-1994). A sua área de pesquisa é Direito Constitucional. [N. E.]
4. A ditadura militar, com o Ato Institucional nº 2, de 17/10/1965, além de extinguir os partidos políticos existentes antes do golpe de 1964, definiu o fim das eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, os quais passaram a ser eleitos pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional. Após a promulgação da Constituição de 1967, os militares mantiveram o processo indireto de escolha do presidente, mas criaram a figura do Colégio Eleitoral, que era composto pelos membros do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas Assembleias Legislativas estaduais, cujo número era definido pela proporcionalidade dos eleitores de cada unidade da Federação. Em 1982, nova modificação foi introduzida: cada uma das assembleias estaduais passaria a indicar seis representantes, independentemente de critérios de proporcionalidade. [N. E.]

5. Francisco Correia Weffort (1937-), cientista político. No contexto, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. [N. E.]
6. Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels e publicado em Londres em 1848. [N. E.]
7. Partido Trabalhista (Labour Party), formado em 1900, no Reino Unido, é um partido social-democrata, cuja orientação política é centro-esquerda. [N. E.]
8. Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), e extinto em seu X Congresso, em 1992, no contexto da crise do Leste europeu. Seus antigos dirigentes criaram o Partido Popular Socialista (PPS) e uma parcela minoritária dos militantes, que registrou uma pequena agremiação com o nome Partido Comunista Brasileiro, vigente até hoje, reivindica, assim como o PCdoB, ser a legítima herdeira da organização criada em 1922. [N. E.]
9. PCdoB – Sigla do Partido Comunista do Brasil, organizado em 1962 a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). [N. E.]
10. O Plano Cruzado, conjunto de medidas econômicas instituído pelo Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. As principais medidas contidas no Plano eram: congelamento de preços de bens e serviços nos níveis do dia 27/2/1986; congelamento do câmbio por um ano; criação de nova moeda, o cruzado (Cz\$), cujo valor correspondia a mil unidades de cruzeiro; congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário mínimo em Cz\$ 804,00; criação de uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; os reajustes salariais passaram a ser realizados por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20%. Com o fracasso do Cruzado I, o Governo Sarney lançou em 21/11/1986 o Plano Cruzado II. [N. E.]
11. Partido Socialista Obrero Español (PSOE), fundado em 1879, é um partido político na Espanha, cuja orientação é centro-esquerda. E atualmente preside o governo desde janeiro de 2018. [N. E.]
12. No contexto do documento, Felipe Gonzales (1942 –) era presidente do governo da Espanha (1982-1996) e Secretário-geral do Partido Socialista Obrero Español (PSOE). [N. E.]
13. “Política Reagan” foi a expressão adotada para identificar a política externa durante o governo Reagan (1981-1989), nos EUA. [N. E.]
14. Organização do Tratado Atlântico (OTAN), também conhecida como Aliança Atlântica, foi assinada em 4 de abril de 1949, e sua sede, hoje, fica em Bruxelas (Bélgica). É uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte. [N. E.]

j) DO LODAÇAL DAS ACUSAÇÕES MÚTUAS À DISCUSSÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA – 1987

Wladimir Pomar¹

Wladimir Pomar responde a seus críticos

O texto “Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT”, subscrito por José Dirceu² e por mim, suscitou críticas e julgamentos por parte de companheiros integrantes de organizações políticas que atuam no PT. Embora a maioria tenha fugido do debate das questões centrais e alguns tenham recorrido a distorções das afirmações existentes no texto, não há dúvida de que o nível das respostas e do debate foi colocado num novo patamar. Desse modo, um dos principais objetivos do documento – retirar a discussão sobre as tendências do lodaçal das acusações sem fundamento ideológico e político e elevar seu nível com a finalidade de fazer o PT avançar e tornar-se mais unido – foi alcançado.

Além disso, o texto fazia um rápido histórico sobre as organizações políticas existentes dentro do PT e tratava sucintamente das concepções sobre o socialismo, a transição conservadora e o partido. Nosso propósito não era, como não continua sendo, esgotar tais assuntos. Na verdade, enquanto o PT existir, eles deverão estar presentes no debate. E, no momento em que o texto foi escrito, do mesmo modo que agora, se apresentavam com muita força.

Embora isso seja verdade, o texto merece ser criticado porque, na prática, colocou num mesmo plano as questões da transição e do socialismo, por um lado, e a questão do partido, por outro, quando esta última é centro do debate sobre as tendências no partido. Isso contribuiu para que as críticas ao texto fugissem desse assunto chave.

Naquele momento nossa preocupação voltava-se, em grande medida, para desmistificar a ideia corrente nas organizações políticas que atuam no PT de que elas são a esquerda por causa de suas concepções sobre o socialismo, sobre a luta contra a transição conservadora e sobre a construção de um partido revolucionário. Mesmo contendo imperfeições, o texto cumpriu esse papel desmistificador. Mostrou que tais organizações, apesar de possuírem um corpo sistematizado de ideias em torno dos principais problemas da sociedade brasileira (o que alguns chamam de projeto global), não são a esquerda no que se refere ao socialismo, à transição da AD e ao partido. No máximo podem ser a ultra-esquerda, cuja falência histórica foi demonstrada por inúmeros exemplos práticos.

Isso não significa, porém, que tais assuntos estejam esclarecidos e que não permaneçam problemas a serem tratados e resolvidos em torno do socialismo, da transição conservadora e de uma série relativamente grande de temas políticos e ideológicos. Ao contrário. Em relação ao socialismo, por exemplo, a maioria das críticas se apegou ao pretense fato de que o texto não colocará novidade alguma. Mas nós estamos bem conscientes de que o assunto foi novidade para a esmagadora

maioria da militância petista e que o tema precisará ser tratado de forma ainda mais compreensível. E a respeito da tática, o apelo que alguns fizeram ao dicionário pouco nos ajuda a esclarecer o significado real das palavras na ação política de massas, por mais malabarismos que façam. Palavras de ordem que as massas precisam consultar grossos dicionários para entender são palavras mortas ou complicadoras.

Este debate deve levar o Partido a se posicionar sobre as correntes

Assim, teremos que voltar a tais temas. Mas não agora. Agora o que nos interessa é a questão do partido, as concepções sobre a construção do PT e a prática em relação a tal assunto fundamental. O debate em torno dessa questão é que deve levar o próximo Encontro Nacional a adotar uma posição sobre as tendências no partido na perspectiva de reforçar o PT, dinamizar sua vida democrática e estabelecer uma justa relação com a aplicação centralizada e unificada das decisões democraticamente adotadas.

Em texto escrito em janeiro de 1987 e publicado no Boletim Nacional n. 25, Raul Pont³, secretário-geral do PT/RS e membro do DN, sustenta com razão que o PT é um partido e não uma frente de partidos. Ele relembra que muitos apostaram, inicialmente, que o PT seria uma simples frente de esquerda, onde várias correntes teriam abrigo e uma legenda eleitoral. E com um pouco de sorte e competência – é Raul quem diz – no momento propício sairiam com uma corrente já nacional, mais forte etc., algumas julgando-se inclusive o Partido ou o embrião do Partido revolucionário no Brasil.

O que dá ao PT certo caráter de frente é a presença das correntes

Pont sustenta também, com razão, que a prática política testou e pôs em xeque essas tendências, assim como aquelas que viam no PT uma espécie de expressão dos movimentos sociais de base, fazendo todas soçobrar no confronto com o real. Ou seja, é a própria prática política que tem levado o PT a crescer e consolidar-se como partido e não como frente, embora em sua origem, como bem aponta Pont, tenham participado “inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido à repressão e à crise que as organizações de esquerda (...) haviam vivido no final da década de 60 e início dos anos 70”.

Desse modo, através de um processo marcado pela prática política, o PT vai se afirmando e firmando como partido. O que lhe dá certo caráter de frente é a “presença, em seu interior, de diversas correntes político-ideológicas com personalidade própria, incluindo organizações de esquerda”. Quem afirma isso é um documento do PRC⁴, datado de maio de 1986 e assinado por seu comitê central.

Esse documento reconhece que o PT é um partido “porque as relações e normas que vigoram em seu interior têm um caráter predominantemente partidário e porque os laços que unem seus militantes possuem também um sentido basicamente partidário”. Em outras palavras, o PRC reconhece que o PT é um partido, porque possui bases e direções organizadas, porque possui uma política única para

todos os seus filiados, política democraticamente adotada em seus encontros; porque possui uma disciplina que deve ser seguida por todos os filiados, independentemente do posto que ocupem; porque essa disciplina tem por base a subordinação da minoria à maioria.

Ou seja, a unidade ideológica, política, orgânica e de ação do PT já alcançou tal estágio que isso lhe dá características marcantes de partido e não de frente. E, como afirma o PRC, o que confere ao PT “certa característica de frente”, portanto impedindo o maior aprofundamento de seu caráter de partido, é justamente a existência de correntes, tendências organizadas ou organizações políticas com personalidade própria em seu interior.

Nesse sentido, o PRC e algumas outras organizações políticas com personalidade própria confundem as coisas quando falam em tendências e correntes políticas como se fossem o mesmo que tendências e correntes organizadas. O fato de o PT ser um partido não significa que em seu interior não possam existir e conviver diferentes opiniões e pontos de vista e que, em muitos momentos, tais opiniões e pontos de vista se materializem em correntes ou tendências ideológicas e políticas. Mesmo nos partidos mais burocratizados, tais correntes ou tendências existem, embora não consigam expressar-se livremente.

A existência de correntes ou tendências dentro do PT, parafraseando Raul Pont, “tem sido uma de suas grandes forças, talvez até, uma de suas principais virtudes. Isso obrigou a que houvesse toda uma troca de experiências – difícil e árdua no início – e de concepções que foi uma das mais ricas lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil”. Todas as demais organizações políticas com personalidade própria que atuam no PT também são unânimes em enxergar um aspecto positivo na existência de tendências dentro do PT. Se é assim, cabe a pergunta: por que a todo momento se coloca o problema das tendências dentro do PT? Será, como costumam afirmar os militantes daquelas organizações, pela disposição anticomunista de caça às bruxas, demonstrada por uma parcela do partido?

É preciso, evidentemente, ter um bocado de paciência com a síndrome de perseguição que ataca muitos dos companheiros das tendências organizadas. Há uma longa história de perseguições de todo tipo contra eles e é natural que muitas vezes eles enxerguem essa disposição até nos amigos, confundindo qualquer crítica. Mas é preciso dizer francamente que, embora a existência de tendências ou correntes dentro do partido seja positiva e saudável, a existência de tendências ou correntes organizadas (organizações políticas com personalidade própria) cria uma contradição que tende a se aguçar na medida em que o PT se firma como partido: a contradição entre seu caráter partidário, que avança em virtude de sua prática política, e seu caráter frentista, herdado de sua origem e que se torna um empecilho à construção partidária.

A diferença está em correntes políticas e correntes organizadas

As tendências ou correntes organizadas têm, como qualquer corrente, afinidade ou unidade ideológica e política. Mas, além disso, diferentemente das simples tendências, estão estruturadas com bases e direções e com disciplina própria (in-

cluindo, entre outras coisas, imprensa e finanças próprias). São, pois, organizações políticas com personalidade própria, ou partidos. No caso das tendências organizadas que estão dentro do PT, temos a situação de partidos dentro de outro partido. É esse fato, como reconhece o PRC, que dá um caráter de frente ao PT, que na realidade serve de partido-hospedeiro. Se este partido pretende firmar-se como tal, ou ele absorve os partidos-hóspedes ou os exclui.

No PT, com raras exceções, todos os partidos-hóspedes vieram desde a sua formação. E, como indica Raul Pont, muitos foram “tragados pelo PT” em virtude de suas limitações programáticas e por sua organicidade haver sido suplantada pela prática petista. Ou mudaram de posição, com ou sem autocritica, aceitando o PT como partido. A prática vem indicando, assim, um caminho de resolução daquela contradição, o caminho da absorção, da integração completa, e não o da exclusão das tendências organizadas ou partidos-hóspedes. Esse caminho se consolidará de modo mais tranquilo e menos traumático quanto mais consciência houver a respeito do processo de afirmação do caráter partidário do PT e do tipo de partido que deve ser construído. Nesse sentido, Pont tem plena razão ao considerar “completamente falsa a polêmica de que um partido de massas é antagonico a um partido de militantes conscientes”.

Não é bem o que pensam Adelmo Genro⁵ e o PRC. Num texto intitulado “Contra o socialismo legalista”, de maio de 1986, Adelmo diz não existir paradoxo, “para os marxistas-leninistas”, entre “respeitar as instâncias legítimas de uma organização de massas e, ao mesmo tempo, submeter-se ao centralismo-democrático de um partido clandestino de tipo leninista”.

Para Adelmo, pois, o PT não passa de uma organização de massas, dentro da qual um partido clandestino, de tipo leninista, tem pleno direito de atuar conforme seu próprio centralismo. Ele argumenta o seguinte:

“No sentido específico do conceito leninista, ou seja, uma organização normalmente clandestina, relativamente pequena, com normas de funcionamento e atividades baseadas no centralismo-democrático, o PT não é um partido. (...) E nem deveria tentá-lo, pois isso neutralizaria o seu grande potencial como instrumento das amplas lutas operárias e populares”.

Pobre Lenin, que é interpretado a bel-prazer por qualquer um que queira se autointitular marxista-leninista e construtor de um partido revolucionário clandestino, e para quem este é o único tipo de partido capaz de realizar transformações revolucionárias na sociedade. Mas, se é assim, a única “organização normalmente clandestina, relativamente pequena” que conseguiu levar a cabo uma revolução moderna foi o partido bolchevique. Os PCs chinês, vietnamita, a Frente Sandinista, o MPLA e a Frelimo, que dirigiram movimentos revolucionários vitoriosos, não se enquadram no esquema de Adelmo e por isso não deveriam ser considerados leninistas, embora seus principais documentos, pelo menos no que se refere aos PCs, tomem o leninismo como parâmetro de organização.

Talvez consciente dessa contradição insanável da argumentação de Adelmo, o PRC decidiu dar um passo à frente e aceitar o PT como partido, embora reafirmando que sua característica frentista “tem sido altamente positiva, possibilitando referenciar grandes contingentes de massa... e unificar muitas correntes politico-ideológicas num sentido antitransição conservadora”. Em outras palavras, o PRC engole o fato de o PT ser um partido, mas ressalta que positivo mesmo é sua característica de

frente para “referenciar grandes contingentes de massa”. O sentido utilitarista dessa visão é clara por si mesma.

Não é por acaso que a posição do PRC diante da “necessidade de uma determinada disciplina organizativa própria de um partido de massa” é carregada de ambiguidades. Na resolução do seu II Congresso⁶, o PRC dizia que as conclusões das instâncias dirigentes do PT “são as posições próprias desse partido, mas (o PRC) não as tem como obrigatórias para os seus militantes”. Fica o dito por não dito.

Nessas condições, não passa de retórica aceitar o PT como partido.

O paradoxo, no caso, não é que militantes organizados num pretense partido de tipo leninista respeitem as instâncias de uma organização de massas. O paradoxo consiste em que Adelmo e o PRC, apesar das nuances de ênfase, consideram o PT uma organização de massas idêntica a qualquer sindicato ou associação popular e não um partido e querem que aceitemos essa mesma concepção com argumentos e conceitos que pouco têm a ver com a situação histórica do Brasil hoje.

Mais útil para o debate é definir o caráter do Partido

Volto repetir que o discurso aparentemente revolucionário e leninista de alguns não passa de uma armadilha inconsciente que pouco ou nada ajudará a resolver os problemas concretos colocados pela revolução brasileira. Cada uma faz de si mesmo a imagem que bem entende. Entretanto, na maioria das vezes essa imagem não corresponde à realidade. De nossa parte, interpretando o leninismo de forma completamente diferente da de Adelmo e do PRC, também poderíamos expressar o desejo de que o PT se transformasse num partido de tipo leninista. Mas isso não acrescentaria uma vírgula sequer ao esclarecimento dos problemas reais que temos pela frente. Primeiro teríamos que perder um tempo enorme para chegar a um acordo sobre o que é leninismo e quem é leninista. Não nos esqueçamos, só para ilustrar o debate, que o PCdoB⁷, parte considerável do PCB⁸ e, quem não se lembra, o MR8⁹, também se consideram marxistas-leninistas. A quem dar crédito nessa briga conceitual?

Muito mais útil para o debate é definir o caráter concreto do partido, como tenta fazer Raul Pont. Ele quer um partido de massas e um partido militante e acha fundamental estabelecer critérios cada vez mais claros de funcionamento orgânico. E não estabelece nenhuma contradição antagônica entre esse caráter e a possibilidade de o PT tornar-se o instrumento de transformação revolucionária da sociedade.

Esse é um bom ponto de partida para discutir as questões substantivas ou de conteúdo, do mesmo modo que é desse tipo o debate em torno da proposta de manter o PT nos marcos de um partido ou frente antitransição, como querem Adelmo e o PRC. Ou, ainda, a acusação espalhada à boca pequena de que a maioria do partido estaria associada a uma pretensa organização secreta chamada ALN¹⁰. Seria útil para todo o partido que os companheiros que espalham essa notícia demonstrassem o que afirmam. Mesmo porque seria o primeiro exemplo histórico, em qualquer parte do mundo, de uma organização, mesmo secreta, que não diz a que veio. Se ela existe, terá que dizer por que e para que e, neste caso, o importante será discutir abertamente suas concepções do mesmo modo que discutimos as das demais organizações políticas com personalidade própria que atuam no PT.

Além disso, é necessário desmistificar também os argumentos sobre clandestinidade e centralismo-democrático com que enchem a boca algumas tendências organizadas. Na verdade chamam conspiratividade de clandestinidade e o que fazem é manter uma organização clandestina de fachada. Todo mundo, e sem dúvida os órgãos de segurança do Estado, sabe quem são os porta-vozes dessas organizações, a maioria de seus quadros dirigentes e grande parte de seus militantes de base. O PRC, por exemplo, faz conspiração e não clandestinidade ao pensar que seus quadros e militantes estão resguardados da vigilância repressiva, o que não passa de ilusão.

Toda a experiência histórica tem demonstrado que só uma forte base de massas, só um profundo enraizamento nas massas da população, dá segurança a um partido que é obrigado a passar à clandestinidade quando, nos momentos agudos da luta de classes a burguesia passa à repressão aberta e torna inviável a existência legal de partidos operários e revolucionários. Nenhuma máquina conspirativa é capaz de dar segurança à clandestinidade se não existe aquela base de massas. Nesse sentido, podemos afirmar, sem medo de errar, que o PT como um todo está muito mais resguardado do que as organizações conspirativas, embora trate com certa negligência sua vida interna.

Com o centralismo-democrático ocorre a mesma confusão. A impressão que se tem, ao ouvir alguns companheiros falando em centralismo-democrático, é que eles optaram por um método de cooptação dos dirigentes das bases e das instâncias partidárias, de elaboração da política por uma pequena direção “capaz” e do emprego do monolitismo de um grupo dirigente. Evidentemente, esse tipo de “centralismo-democrático”, muito comum na história da esquerda no Brasil, não serve ao PT.

O que interessa e serve ao PT no seu processo de construção é a escolha democrática dos dirigentes dos núcleos e diretórios; a elaboração da política do partido através do debate democrático, das consultas e deliberações participativas; a construção de uma forte unidade política para a ação de massas, que lhe confira um aspecto externo monolítico, embora convivam em seu interior diferentes correntes de opinião, e o partido esteja sempre aberto às críticas e sugestões das massas. A esse método de funcionamento orgânico eu também chamo de centralismo-democrático. E se este conceito corresponder ao conteúdo aqui apresentado, o método apresentado por Adelmo e pelo PRC não passa de um centralismo burocrático.

Finalmente, algo que algumas tendências organizadas ainda não conseguiram compreender é o papel histórico do PT. As condições muito particulares em que se evidenciou a falência política dos PCs e das demais organizações revolucionárias que tentaram substituí-las, levaram os trabalhadores a ter que criar um novo instrumento político de transformação social. Sem aprofundar o tema, Pont foi feliz ao situar a questão do seguinte modo:

“(O PT) representa a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significa a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências: um partido operário de massas, de dimensão nacional e que negava na sua origem o reformismo e o populismo – dos PCs¹¹ e do PTB¹² – no movimento operário brasileiro”.

O PT representa, desse modo, um corte histórico no processo de construção do partido operário no Brasil. E acrescentaríamos: não só negando, em sua origem,

o reformismo e o populismo, mas também o voluntarismo e o doutrinário. Pela primeira vez na história do Brasil a classe operária, com sua luta, criou as condições para a unificação, num mesmo partido político, de todas as correntes que almejam transformar a sociedade brasileira.

Essa perspectiva não pode ser perdida. Mas ela só se concretizará se o PT avançar no caminho de se transformar num verdadeiro partido, se se partidizar cada vez mais, absorvendo as tendências organizadas que atuam em seu interior através de um paulatino processo de debate ideológico e político, de esclarecimento do conteúdo dos conceitos, da unificação democrática de pontos de vista, da consolidação da vontade comum por meio da unidade na ação.

Esse processo de partidização do PT vai se tornando cada vez mais claro para a militância petista. Embora possamos cometer erros de um tipo ou outro, esse é o sentido geral que a prática política vai impondo ao partido. A natureza da luta dos trabalhadores brasileiros contra a burguesia torna necessária a existência de um forte PT. Este é um dos motivos por que a discussão sobre as tendências também não pode fazer com que o partido se volte para dentro de si mesmo. O debate ajuda, mas é fundamentalmente a luta política de massas que vai ajudar os companheiros das tendências organizadas a tomarem consciência daquele processo e se dispor a “ser tragados” voluntariamente pelo PT.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 28, jun. 1987, p. 11-13. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. No período, membro da Executiva Nacional do PT, responsável pela Secretaria Nacional de Formação Política, além da coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. [N. E.]
2. No período, deputado federal pelo PT/SP e membro da Executiva Nacional do PT. [N. E.]
3. Neste contexto, membro da Executiva Estadual do PT/RS e do Diretório Nacional, além de Deputado Estadual pelo PT/RS. [N. E.]
4. Organização clandestina de esquerda fundada em 1984. Definindo-se como um partido de caráter marxista-leninista, assumiu uma postura crítica em relação ao stalinismo, à orientação política do PCB, PCdoB e MR8 (considerada moderada), e aos trotskistas. Entre suas lideranças destacou-se José Genoíno Neto - eleito deputado federal pelo PT de São Paulo, em 1982. [N. E.]
5. Adelmo Genro Filho (1951–1988), foi jornalista e político brasileiro. Militou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e posteriormente no Partido Revolucionário Comunista (PRC), sendo uma das principais lideranças desta organização. [N. E.]
6. O 2º Congresso do Partido Revolucionário Comunista (PRC) foi realizado em 1985. [N. E.]
7. PCdoB – Sigla do Partido Comunista do Brasil, organizado em 1962 a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). [N. E.]
8. Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), e extinto em seu X Congresso, em 1992, no contexto da crise do Leste europeu. Seus antigos dirigentes criaram o Partido Popular Socialista (PPS) e uma parcela minoritária dos

militantes, que registrou uma pequena agremiação com o nome Partido Comunista Brasileiro, vigente até hoje, reivindica, assim como o PCdoB, ser a legítima herdeira da organização criada em 1922. [N. E.]

9. Movimento Revolucionário 8 de Outubro, denominação adotada em 1969 - a partir do sequestro do embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick - pela Dissidência da Guanabara (DG), uma organização de esquerda formada a partir de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1966. Nos anos 1970 seus membros ingressam no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), permanecendo no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) até a fundação do Partido Pátria Livre (PPL), em abril de 2009. [N. E.]

10. Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização de esquerda surgida entre 1967 e 1968, sob a liderança de Carlos Marighella. A formação da ALN se deve a uma cisão ocorrida no Partido Comunista do Brasil (PCB), e foi uma das principais organizações de combate à Ditadura Militar no Brasil. Em 1974, nova onda de prisões desarticula a direção da ALN, encerrando a trajetória do grupo de destaque dentre os que deflagraram a luta armada urbana. Já nos anos 1980, muitos dos seus integrantes passaram a integrar a tendência Articulação, do PT. [N. E.]

11. O autor refere-se aos Partidos Comunistas existentes no Brasil. [N. E.]

12. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado em maio de 1980 por um dos grupos, o ligado a Ivete Vargas, que disputavam a herança do antigo PTB, criado por Getúlio Vargas, que existiu de 1945 a 1965. O outro grupo, liderado por Leonel Brizola, criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em setembro de 1980. [N. E.]

k) “É NO ANDAR DA CARROÇA QUE AS ABÓBORAS VÃO-SE AJEITANDO” – 1987

Genésio Zambenedetti¹

O PT surge dentro de um contexto histórico da política nacional onde a classe trabalhadora é privada de seus direitos, desde os mais elementares, até suas necessidades essenciais de sobrevivência como pessoas humanas. Devemos ressaltar que autoritarismo, independente de quem o impõe, sempre gera contradições. E o PT é gerado pelas organizações da classe trabalhadora, estimulados por duas importantes realidades da vida dos trabalhadores:

- 1) o empobrecimento, ou perda do poder aquisitivo;
- 2) a frustração política, diante dos partidos da burguesia.

Os trabalhadores criaram para si, como sua visão de classe explorada, o seu partido, que de forma aberta pretendia ir-se definindo em sua estruturação. O princípio do PT era “vinde a mim todos os trabalhadores”, desde os que tenham compromisso ou consciência com sua classe. Para o PT existir juntaram-se trabalhadores de diversas categorias, uniram nessas categorias diversos pensamentos, sobre o mesmo objetivo.

O PT éramos nós da Igreja, nós independentes, nós de esquerda, nós sindicalistas, nós de movimentos populares, nós todos trabalhadores. Até aqui o princípio da democracia funcionava sem o interesse ideológico. “Mas é no andar da carroça que as abóboras vão-se ajeitando...” Não levou tempo para que os diversos pensamentos internos do PT começassem a se definir e articular-se a partir de sua realidade e interesses. E assim, os que eram afins juntaram-se e formaram as tendências. Mas, para aprofundarmos a questão das tendências, antes devemos esclarecer um pequeno detalhe. No PT, a realidade que existe são duas tendências, que se aproximam na teoria, divergindo na prática política. Essas tendências são a minha maior preocupação, por que entendo o PT como partido de massas em afirmação. Vejo uma disputa interna pelas tendências para assumir a direção do partido; não vejo sequer uma preocupação por parte das tendências e dos independentes em refletir sobre estas serem prejudiciais aos trabalhadores. São os petistas que só pensam no poder e na candidatura, não contribuem para formar a consciência de classe nos trabalhadores e sequer assumem o programa e estatuto do PT, são encontrados em ambas as tendências que compõem o partido. Até acham que os trabalhadores vão conseguir o poder via eleitoral, existente hoje.

Quero chamar a atenção de todas as tendências e articulações independentes que hoje formam o PT, para um possível esforço de superarmos estas questões que estão terminando com o princípio democrático e franco dentro do Partido dos Trabalhadores. Condeno qualquer tendência de esquerda que usa o PT como espaço, na verdade para fortalecer seu partido ou para assumir a direção do PT, para impor à massa trabalhadora os rumos e o destino que devem seguir. É muito triste quando se julgam donos e querem definir o modelo de socialismo para os trabalhadores.

Se comprova que os esquerdos organizados no PT são em sua maioria estudantes e intelectuais, que teoricamente estão mais preparados na prática da política. Petista é dos movimentos populares e não tem compromisso algum; por que não vivem à miséria como nós agricultores e operários. Não admito que a tendência da Igreja, ou dos movimentos sindicais, faça abusos, deixando a prioridade que o PT exige, para divulgar seus interesses sindicais e pessoais. Não podemos aceitar as manipulações dos diretórios do PT para manter essa ou aquela tendência com a direção. Isto é vício do sistema autoritário capitalista. Nós, como trabalhadores conscientes da luta de classe, devemos ter claro que o PT será mais forte com a participação cada vez maior dos trabalhadores, e não com a direção nas mãos desta ou aquela tendência...

A avaliação que faço, a partir de uma experiência na convivência com as tendências do PT, é que devemos extrapolar essa divergência, buscando caminhos novos, ou até mesmo núcleos específicos que juntem voluntários de todas as tendências independentes do PT. Existem alguns aspectos que hoje causam a disputa interna do PT. Um deles é a tendência de esquerda, que se denomina revolucionária, onde ressaltam que os trabalhadores só chegam ao poder via revolução armada. Os independentes, a tendência da Igreja, julgam no momento importante o trabalho de conscientização dos trabalhadores e entendem que o modelo do socialismo quem deve definir são os trabalhadores, não as frentes de esquerda. A maior divergência é entre ser petista revolucionário ou não. Perante esta divergência interna do PT, que é válida se superada, coloco uma proposta concreta: que sejam criados núcleos regionais com a participação de todas as tendências, de esquerda, da Igreja e os independentes, desde que sejam companheiros favoráveis à conquista do poder pelos trabalhadores via luta armada.

Tenho absoluta certeza de que já é hora de no organizarmos para isto, e teremos voluntários de todas as tendências de que o PT é formado. A princípio, se não funcionar esta proposta, devemos no mínimo ter esta preocupação e refleti-la.

Imagine o PT eleger Presidente da República? Ou até mesmo a maioria dos governadores...

É a burguesia militar e civil que aí está para não deixar os trabalhadores assumirem o poder. E se desencadearem uma repressão aos petistas? O que faremos, companheiros?

Morrer sem reagir é inútil. Por isso, vamos pensar na validade do “núcleo regional armado” – NRA. Para superarmos as divergências e não sermos pegos desprevenidos. De nada adianta uma organização assim isolada do partido, feita por uma tendência ou voluntários. E preciso um grande núcleo de petistas que pensam dialeticamente, de forma socialista, que visem fortificar o PT, formando a consciência revolucionária de mais militantes. Hoje, militantes padecem crises existenciais, por não encontrar companheiros em seus diretórios com este nível de consciência e de luta. Já somos muitos, e não podemos ficar dispersos. Vamos nos unir.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 28, jun. 1987, p. 13. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Agricultor e líder sindical. [N. O.]

1) RESOLUÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS¹ – 1987

1. O Partido dos Trabalhadores surgiu da vontade da classe trabalhadora de construir um instrumento político capaz de lutar contra o capitalismo – “um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas” – decidindo-se a participar da condução do processo brasileiro na direção do socialismo.

2. Em nenhum momento de sua construção o PT assumiu a condição de frente – de qualquer tipo – ou mesmo reduziu o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais. Pelo contrário, os seus documentos básicos afirmam de maneira definitiva o seu caráter estratégico e sua feição de partido de massas, democrático e socialista, consciente do seu papel fundamental no processo de construção do socialismo no Brasil. Pelas mesmas razões, o PT compromete-se a aperfeiçoar no seu interior, cada vez mais, as condições democráticas que permitam a todos e a cada um de seus filiados o debate amplo e livre, a efetiva participação no processo decisório, o exercício da crítica e o legítimo direito de disputa de órgãos de direção.

3. Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira, a filiação ao PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT.

4. Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo em que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio.

5. Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do PT e que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto. O PT considera fundamental a veiculação das políticas dos agrupamentos no interior do partido. Assim, para que os militantes e filiados tenham conhecimento dos pontos de vista e documentos dos referidos agrupamentos, deve-se dedicar esforços para que o partido se responsabilize por sua divulgação e

publicidade. Da mesma forma, o partido deve esforçar-se para o fortalecimento de sua infraestrutura material, de forma a permitir que as reuniões dos agrupamentos se deem no interior do próprio partido.

6. É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

O reconhecimento de agrupamentos desse tipo – partidos dentro do PT – seria a aceitação do partido enquanto *frente política*, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT. E colocaria irremediavelmente em risco a perspectiva de consolidá-lo como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o País.

Entretanto, levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do partido.

7. O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se como tendência interna do partido.

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...).

b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.

d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.

e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido.

f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).

Fonte: V Encontro Nacional do PT, 1987. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

NOTAS

1. Resolução sobre Tendências produzida durante o 5º Encontro Nacional do PT, em Brasília-DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987. [N. E.]

m) PRC¹ DECIDE PELA AUTODISSOLUÇÃO – 1989

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) decidiu dissolver-se no início de agosto. Mas parte do mistério gerado pela clandestinidade do agrupamento ficou em suspenso. A imprensa e a esquerda em geral costumam identificar como militantes dessa sigla destacadas lideranças como o deputado José Genoino², o vice-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro³, além de vários vereadores e militantes petistas. Mas o PRC acabou. E para onde vão seus militantes?

Baixo, atarracado, cearense, 48 anos, Ozéas Duarte já pode contabilizar mais de metade de sua vida como dedicada à luta pela transformação da sociedade brasileira. Temperado na resistência clandestina durante ditadura militar, Ozéas é ex-dirigente do PCdoB⁴, participou da criação do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e, desde o princípio, ajuda a construir, a seu modo, o Partido dos Trabalhadores.

No começo de agosto ele foi novamente protagonista de mais um capítulo da história da esquerda brasileira. Participou do 3º Congresso do PRC, que decidiu sua autoextinção e lançou a proposta de fundação de uma nova tendência dentro do Partido dos Trabalhadores.

“Percebemos que a organização que havíamos criado em 1979 era um anacronismo para os dias de hoje”, afirma Ozéas ao Boletim Nacional com a ressalva de que fala em caráter estritamente pessoal.

O melhor exemplo desse anacronismo, segundo o ex-dirigente do PRC é o fato de ter pelas costas um Partido que se declarava clandestino, “mas que, de fato, era apenas uma tendência dentro do PT”.

“Como fazer o debate político interno, sem pôr a cara para fora, e como o PT podia conviver com um grupo que é até clandestino por definição?”, questionava-se ele, no final de setembro, sentado numa cadeira da sala da Secretaria de Imprensa do Diretório Nacional do PT em São Paulo.

Com a decisão de dissolver-se dentro do PT, muitos segredos da história do PRC vieram à luz nos últimos dias. O debate ideológico interno, por exemplo, é tratado agora com a riqueza de detalhes de quem está interessado em socializá-lo com o conjunto do PT.

O que caracteriza o PRC – revela Ozéas – bem como qualquer partido que se pretenda colocar dentro da ortodoxia marxista, é possuir uma centralização própria. Essa centralização con-flitava com a centralização da estrutura do PT, e isso dificultava não apenas a unidade de ação do partido, como até mesmo a própria defesa das posições do PRC entre os militantes do Partido dos Trabalhadores.

Como tendência – acredita ele – vai ser mais fácil sustentar pontos de vista dentro do PT. Ele prevê inclusive que, com mais liberdade para circular dentro do PT, os ex-militantes do PRC poderão até assumir uma postura política mais consequente na luta ideológica alimentada pelo PT. E, segundo anuncia o ex-dirigente do PRC, a disposição para debate que seus companheiros trazem para dentro do PT é

enorme. “A principal razão de ser do projeto de tendência que estamos discutindo é marcar uma posição antidogmática na discussão dos problemas que a esquerda brasileira enfrenta hoje.” Para Ozéas, esses problemas são muito importantes. A própria concepção de partido de massas ou vanguarda é uma das questões que precisam ser discutidas pelo conjunto da esquerda.

Os ex-militantes do PRC acreditam que o Partido dos Trabalhadores tem hoje um papel revolucionário, e deve desenvolver-se como partido amplo, de massas e plural. “Deve investir nisso, e não voltar-se para o modelo leninista de partido. Seria matar o PT”, adverte Ozéas.

Outro debate central que sua proposta de criar uma tendência pretende fomentar dentro do PT é quanto ao socialismo e ao próprio marxismo. Na opinião dos ex-militantes do PRC esses dois pilares do pensamento da esquerda passam por uma crise sem precedentes na história. É preciso, antes de mais nada, – afirma Ozéas – resgatar o papel da teoria no processo revolucionário para combater a ideia de que o “socialismo é uma necessidade natural prevista por um marxismo naturalista, que rebaixa o papel do homem a mero agente de um determinismo histórico”.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 47, out. 1989, p. 03. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Organização clandestina de esquerda fundada em 1984. Definindo-se como um partido de caráter marxista-leninista, assumiu uma postura crítica em relação ao stalinismo, à orientação política do PCB, PCdoB e MR8 (considerada moderada), e aos trotskistas. Entre suas lideranças destacou-se José Genoíno Neto - eleito deputado federal pelo PT de São Paulo, em 1982. [N. E.]
2. José Genoíno Guimarães Neto (1946). Integrou a direção da UNE em 1967. Em 1968, filiou-se ao PCdoB. Já vivendo na clandestinidade, acabou preso em abril de 1972 na guerrilha do Araguaia. Depois de cinco anos, retomou a vida em São Paulo, trabalhando como professor de história. Anistiado em 1979, Genoíno ajudou a fundar o PT. Foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1982, sendo sucessivamente reeleito para o cargo. Foi presidente nacional do PT de dezembro de 2002 e a julho de 2005. No contexto deste documento, José Genoíno era deputado federal pelo PT. [N. E.]
3. Tarso Fernando Herz Genro (1947). Foi uma das principais lideranças do Partido Revolucionário Comunista (PRC). Ingressou no PT em 1985, tornando-se prefeito eleito de Porto Alegre/RS por duas vezes, em 1992 e 2000. Durante o governo Lula, Tarso Genro foi ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça. No contexto deste documento, Genro era vice-prefeito de Porto Alegre/RS pela Frente Popular, chapa encabeçada por Olívio Dutra (PT/RS). [N. E.]
4. PCdoB – Sigla do Partido Comunista do Brasil, organizado em 1962 a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). [N. E.]

n) CONVERGÊNCIA¹ ROMPE COM POLÍTICA DO PT – 1989

Enfrentar os impasses da conjuntura tem sido mais difícil em todo lugar onde atuam militantes da Convergência Socialista, porque, sistematicamente, eles vêm adotando atitudes contrárias à política definida pelo PT. Segundo o secretário geral do PT, José Dirceu², há consenso dentro do Partido de que esta situação é inaceitável. Do jeito que os conflitos com a Convergência vêm se desenvolvendo, acredita Dirceu, “será inevitável que eles saiam ou sejam expulsos individualmente do PT, caso insistam em continuar passando por cima das resoluções do Partido”.

A difícil convivência das instâncias partidárias com a Convergência Socialista agravou-se em seguida à posse dos prefeitos eleitos em novembro. As divergências aguçaram-se a partir do Sul, quando o prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra³, no enfrentamento com os empresários dos transportes, sentiu-se apunhalado pelas costas pelo vereador da Convergência José Alvarenga. O diretório Municipal tomou a posição do prefeito, e criticou o vereador.

A intervenção da tendência na luta salarial dos funcionários da prefeitura de Timóteo (MG) e São Paulo radicaliza esse quadro. Em meados de agosto a Comissão Executiva Nacional do PT decidiu advertir publicamente a Convergência Socialista, no que foi seguida por várias instâncias partidárias: executivas estaduais de São Paulo e Minas Gerais, municipal de São Paulo e Nova Friburgo, bem como bancadas como a do Rio de Janeiro.

As contradições, no entanto, foram levadas ao paroxismo em Diadema. A atuação da Convergência numa questão de terra local levou o Diretório Municipal a expulsar um vereador da tendência, junto com outro da Causa Operária, mais o vice-prefeito, Antônio Justino.

Acusando as administrações petistas de contrariarem os princípios partidários, a Convergência tenta, na opinião de Dirceu, confundir as bases do PT. Na verdade, ela está apenas tentando tirar partido próprio desses conflitos, à medida que sequer tem políticas para os problemas que denuncia. “Eles querem, por exemplo, congelar tarifas de ônibus, com inflação correndo a 40% ao mês”, argumenta José Dirceu.

Na opinião do secretário geral, a Convergência não pode passar por cima das instâncias partidárias e dar-se o direito de dizer se é correto ou não o que os prefeitos do PT estão fazendo. Para isso, sustenta, há diretórios e instâncias às quais podem recorrer para censurar atos das administrações que julguem condenáveis.

A proposta de advertência da Convergência está na pauta de discussão do Diretório Nacional do Partido, que tem reunião marcada para final de outubro. A Convergência é acusada de contrariar as resoluções do 5º Encontro, que regulamentam a existência de tendências dentro do Partido.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 47, out. 1989, p. 23. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Organização de esquerda de orientação trotskista surgida em 1978 e atuante no interior do PT até 1992. Seu processo de reorganização resulta na criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1994. [N. E.]
2. No período, deputado federal pelo PT/SP e membro da Executiva Nacional do PT. [N. E.]
3. Olívio de Oliveira Dutra (1941-), sindicalista e político brasileiro, eleito presidente do Partido dos Trabalhadores em 1987. Em 1989, foi eleito prefeito de Porto Alegre e, em 1999, governador do Rio Grande do Sul. No contexto do documento, Olívio Dutra era prefeito de Porto Alegre pelo PT. [N. E.]

o) UM PARTIDO PLURALISTA – 1990

João Machado¹

A questão do direito de tendência está presente no PT desde o seu início. Já a Carta de Princípios de 1º de maio de 1979, ainda na fase do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, e que foi o primeiro documento programático do Partido, dizia: *“um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem no seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais”*.

De fato, o PT se formou com correntes internas de vários tipos, mais ou menos organizadas. Várias organizações de esquerda, inclusive, somaram-se à sua construção. Algumas se dissolveram depois; outras se mantiveram, com diversas visões. Havia as que viam no PT o caminho estratégico para a construção de um partido revolucionário de massas no Brasil, as que entendiam que o PT deveria cumprir o papel de uma frente ou de um “partido institucional”, e as que viam na participação no PT muito mais um expediente tático para chegar aos trabalhadores e para acumular força para seus próprios projetos. Isto deu origem a muitas discussões já nos primeiros anos de vida do PT.

Articulação²

A partir de 1983, com o lançamento do “Manifesto dos 113”, começou a formar-se a tendência majoritária, hoje chamada de “Articulação”, em torno, sobretudo, da definição da construção do PT como partido estratégico. A partir daí, o debate sobre como deveria funcionar o direito das minorias, o direito de organização de tendências no partido, sobre a forma de eleger as direções, ganhou um novo colorido.

As correntes minoritárias, na sua maioria, defendiam a ampliação da democracia interna até a eleição proporcional das Comissões Executivas. De modo geral, a tendência majoritária defendia o direito de tendência e a participação das minorias nas direções, inclusive nas Comissões Executivas, mas o vinculava a um processo de definição de quem tinha um compromisso real estratégico com o partido.

Depois da “Carta de Princípios”, o primeiro documento nacional oficial do partido a tratar do direito de tendência foi o do 4º Encontro³, de 30/31 de maio e 1º de junho de 1986: *“como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do partido. O Encontro Nacional reconhece o direito de tendência e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação. Mas o partido entende que este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam a sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendência não autoriza a militância em outros partidos que não o PT”*.

Apesar do mandato dado pelo 4º Encontro ao DN, ainda não foi desta vez que o direito de tendência foi regulamentado. A questão foi tratada por uma Co-

missão designada especialmente pelo DN, e de um debate nas páginas do Boletim Nacional. Mas foi o 5º Encontro Nacional⁴, em dezembro de 1987, que retomou a discussão e aprovou uma “Resolução sobre Tendências⁵, que se constituía numa primeira regulamentação do direito de tendências. Destaca-se nesta Resolução o reconhecimento de direito de tendências e o esforço de diferenciá-lo da formação de agrupamentos com caráter de “partido dentro do partido”.

Na véspera do 5º Encontro, o DN aprovou – por maioria, após uma viva polêmica – uma Resolução sobre Proporcionalidade⁶ nas instâncias de direção, que dizia: *“com ou sem este nome, a maioria das tendências hoje presentes no PT são projetos partidários, com centralismo próprio, infraestrutura própria, imprensa, caracterizando-se de maneira muito clara a prática da dupla militância e da dupla fidelidade. (...) Entendemos assim que, enquanto durar o fenômeno da existência de tendências com as características que marcam a maioria das tendências hoje presentes no PT, devemos manter a sistemática da participação das correntes minoritárias no Diretório Nacional onde se trava o debate político e se definem as orientações fundamentais para o partido no período entre os Encontros. Mas entendemos também que devemos reservar à maioria as funções da Comissão Executiva Nacional com seu papel de representação partidária, com sua tarefa de executar as políticas traçadas pelo Diretório Nacional cabendo a ela a decisão da participação ou não das minorias na Executiva, excluída a hipótese da proporcionalidade”*.

Com base nesta posição majoritária do DN, o 5º Encontro se pronunciou contra a proporcionalidade da Comissão Executiva Nacional, após um acalorado debate e por uma pequena maioria. Tínhamos chegado ao momento da maior polêmica interna a este respeito; a maioria das tendências minoritárias não se reconhecia na caracterização feita pelo DN.

PRC⁷ dissolve-se

Nos anos seguintes, a situação do PT evoluiu muito. Algumas das correntes que tinham até então um projeto partidário distinto alteraram a sua posição, como foi o caso do PRC (Partido Revolucionário Comunista) que se dissolveu com seus militantes passando a integrar tendências propriamente ditas do partido. Aprofundou-se a integração de várias tendências no processo coletivo de construção partidária, o que facilitou a superação de desconfiças. O 6º Encontro⁸, que não renovava a direção, mas que teve um papel decisivo na definição da campanha eleitoral presidencial, foi no fundamental preparado e conduzido unitariamente pela CEN e pelo DN (embora tenha chegado a haver uma discussão com muitas diferenças sobre as “Diretrizes” do Plano de Ação de Governo).

Assim, quando o processo de regulamentação das tendências foi retomado, a partir da reunião do Diretório Nacional de 25 de março de 1990, foi possível que houvesse uma ampla maioria na aprovação de uma resolução, *“O PT e as Organizações”*, que dizia: *“... Prosseguindo com o esforço delineado já desde o 4º Encontro, mas concentrado a partir do 5º Encontro Nacional realizado em 1987, o Partido vem procurando clarificar, cada vez mais, as suas relações com agrupamentos e correntes que, tendo origens e histórias diversas, acabaram por confluir para o PT.*

Hoje, é possível distinguir, com clareza três situações distintas nesse campo. A primeira é a daqueles agrupamentos que, em concordância com o sentido e a letra das Resoluções do 5º Encontro, constituíram-se de direito e de fato nas ten-

dências internas do PT, e como tal são reconhecidas tanto pelas instâncias orgânicas partidárias quanto pelo consenso dos filiados. Essas tendências internas entendem o PT como partido estratégico para a construção do socialismo, acatam e aplicam as deliberações partidárias e, não obstante naturais divergências políticas, relacionam-se entre si de maneira respeitosa e fraterna. Todas, ao lado dos filiados desvinculados de qualquer agrupamento, contribuem para a construção da unidade partidária. O Diretório Nacional reconhece e registra o avanço que houve nesse sentido, desde o 5º Encontro até o presente momento.

A segunda situação refere-se a dois agrupamentos específicos, embora diferenciados entre si: a Convergência Socialista (CS⁹ e O Trabalho (OT)¹⁰. Embora autoproclamando-se como tendências do PT, estas duas correntes não conseguiram, ainda, desvencilhar-se de flagrantes ambiguidades, tanto no plano político quanto no plano organizativo. Ora acatam deliberações do PT, ora seguem suas próprias decisões, e, embora de formas diferenciadas, frequentemente dão demonstrações, inclusive públicas, de uma independência que nem condiz com o sentido e os dispositivos da Resolução sobre Tendências aprovada no 5º Encontro, nem contribuem para a construção unitária do PT como partido estratégico.

E, finalmente, a terceira situação, que se aplica a organizações políticas autônomas, diferenciadas do PT, mesmo que neguem tal condição ou que tenham alguns de seus adeptos formalmente filiados ao PT. Estão neste caso a organização denominada “Causa Operária¹¹ e outras organizações políticas autônomas. (...) O diretório Nacional reitera, pública e veementemente, seu repúdio total à dupla militância, determinando a todos os seus filiados que, imediatamente, abandonem suas vinculações a outros partidos que não o PT.”

A mesma reunião do DN designou uma Comissão de Tendências que ficou encarregada da condução do processo de discussões e de propor uma regulamentação mais detalhada do que a Resolução do 5º Encontro.

Após a elaboração pela Comissão de uma proposta e de uma cuidadosa discussão na CEN e no DN, o DN aprovou na sua reunião de 20 de maio de 1990 a Regulamentação do Direito de Tendência, publicada já no BN nº51.

Paralelamente, a Comissão de Tendências realizou uma série de discussões com representantes de O Trabalho, Convergência Socialista, da Causa Operária e com companheiros do DF que posteriormente encaminharam o pedido de registro da tendência “Movimento pela Afirmação do Socialismo Proletário”. Após duas reuniões com os representantes de O Trabalho, a Comissão chegou à conclusão de que esta corrente deveria ser reconhecida como tendência interna, posição que foi aprovada pela Executiva.

Já com relação à Convergência Socialista, a Comissão de Tendências e a Executiva avaliaram que o reconhecimento exigia um processo de adaptação às normas definidas no 5º Encontro e no DN de 20 de maio, e que, além disso, seria necessário aguardar o resultado da Conferência da própria Convergência, marcada para 1º de julho, já que havia no interior desta corrente uma grande divergência precisamente sobre a questão de acatar ou não a regulamentação definida pelo PT. Como a CS começou a realizar as mudanças definidas para a necessária adaptação, e como a posição majoritária na sua conferência – assistida por dois representantes do DN, César Alvarez¹² e Joaquim Soriano¹³ – foi a de acatar a regulamentação das tendências e incorporar-se plenamente no processo de construção do PT, a CEN pronunciou-se pelo reconhecimento da CS como tendência interna.

Assim, foram reconhecidas até agora como tendências internas do PT: Articulação, Democracia Socialista, Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista, Nova Esquerda, O Trabalho, Vertente Socialista, na reunião de 31 de maio; e Convergência Socialista, Luta pelo Socialismo e Voz Proletária, na reunião do DN de 14 de julho. O pedido de registro do Movimento pela Afirmação do Socialismo Proletário será examinado pelo DN em sua próxima reunião. Até agora, o único pedido de registro negado foi o da Causa Operária¹⁴.

Pluralista

A solução da questão da regulamentação das tendências internas abriu caminho para a aprovação unânime no 7º Encontro¹⁵ da proporcionalidade na Executiva Nacional (como já informamos no BN nº 51).

Como resultado deste processo, o PT reafirmou seu caráter de partido democrático, pluralista, aberto, ao mesmo tempo que socialista e de massas. O PT não quer ser um partido monolítico, de modo algum. Hoje, em todo o mundo, pode haver outros partidos que garantam tantos direitos a todas as correntes que os integram como o PT, mas dificilmente pode existir algum que dê maiores.

Ao mesmo tempo, o PT deu passos no sentido de uma maior unificação partidária, do comprometimento de todas as suas correntes, e de todos os militantes com a construção do partido, com o respeito às decisões democraticamente tomadas pelas instâncias partidárias, com o debate fraterno das divergências. O processo de definição e de regulamentação do direito de tendência correspondeu a uma evolução do conjunto do partido e de cada uma de suas correntes.

A negativa do reconhecimento da Causa Operária como tendência interna, é consequência de uma opção da própria Causa Operária.

Finalmente, é preciso termos consciência de que os avanços que conseguimos nestas questões não significam que não haja problemas a enfrentar. Podemos apontar pelo menos três riscos. O primeiro, diz respeito à transformação do direito de tendências em uma espécie de obrigação de participar de tendências, com a redução de espaço de militância de companheiros que não se identifiquem com nenhuma tendência em especial. O partido precisa se preocupar com um funcionamento que enfrente este problema, dos núcleos e diretórios de base até as Executivas. Isto tem a ver com a forma de organizar os debates, com as formas de eleição de dirigentes etc. Será uma questão chave para nosso próximo Encontro Nacional.

O segundo, o risco da multiplicação de tendências. Ora, é absurdo pensarmos que quanto mais tendências mais democrático o partido. O excesso de tendências prejudica a democracia, na medida em que dificulta o debate e cria confusão. Dificilmente este problema pode ser enfrentado com regras: a superação desta situação depende provavelmente de amadurecimento político.

Há o risco de que os membros de tendências atuem nos organismos partidários (núcleos, diretórios, executivas) mais como representantes de suas correntes, esvaziando as instâncias coletivas. Ora, é importante que o centro da vida do partido esteja justamente na vida coletiva, e não nas correntes. Uma tendência não deve ter posições sobre todos os assuntos. Pelo contrário, é de se esperar que sobre a maior parte das questões discutidas e encaminhadas pelo partido, não haja diferenças entre membros das diversas tendências. Esta questão é decisiva. Sua solução depende

tanto de amadurecimento político quanto do avanço na construção das instâncias do partido, da unificação geral da intervenção etc.

Outras questões podem ser levantadas, como o problema da existência de tendências no movimento sindical formadas por petistas que concorrem até em eleições sindicais.

Se podemos avaliar como muito positivo, o processo de regulamentação do direito de tendência e de reconhecimento de tendências internas, combinado com o aprofundamento da democracia interna, isto não quer dizer que já tenhamos um modelo pronto de funcionamento. Longe disso. Mas temos razão de achar que é muito o que já conseguimos.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 52, set. 1990, p. 06-07. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. João Machado Borges Neto, economista e político brasileiro. Fez parte da tendência interna do PT, Democracia Socialista, e ocupou uma série de cargos na direção do partido. No contexto deste documento, João Machado era membro da Comissão Executiva Nacional. [N. E.]

2. Tendência interna do PT constituída em 1983, majoritária em praticamente toda a trajetória do partido. Surgida a partir do que ficou conhecido como “Manifesto dos 113”, a Articulação reuniu militantes petistas independentes oriundos de sindicatos (como o próprio Lula) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). [N. E.]

3. 4º Encontro Nacional do PT, realizado no Hotel Danúbio, em São Paulo/SP, entre os dias 30 de maio e 01 de junho de 1986. [N. E.]

4. 5º Encontro Nacional do PT, realizado no Senado Federal, em Brasília/DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987. [N. E.]

5. Resolução sobre Tendências produzida durante o 5º Encontro Nacional do PT, em Brasília-DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987. [N. E.]

6. Resolução sobre Proporcionalidade produzida durante o 5º Encontro Nacional do PT, em Brasília-DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987. [N. E.]

7. Organização clandestina de esquerda fundada em 1984. Definindo-se como um partido de caráter marxista-leninista, assumiu uma postura crítica em relação ao stalinismo, à orientação política do PCB, PCdoB e MR8 (considerada moderada), e aos trotskistas. Entre suas lideranças destacou-se José Genoino Neto - eleito deputado federal pelo PT de São Paulo, em 1982. [N. E.]

8. 6º Encontro Nacional do PT, realizado no Colégio Caetano de Campos, em São Paulo/SP, entre os dias 16 e 18 de junho de 1989. [N. E.]

9. Organização de esquerda de orientação trotskista surgida em 1978 e atuante no interior do PT até 1992. Seu processo de reorganização resulta na criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1994. [N. E.]

10. Tendência interna do PT, surgiu em 1976 como organização de esquerda denominada Organização Socialista Internacionalista (OSI) a partir de fusão de dissidências do Partido Operário Revolucionário (POR). Em 1978 lança seu órgão oficial, o jornal O Trabalho. Entre 1983 e 1984, consolida sua opção pelo PT e, em 1986, assume integralmente a condição de tendência interna do Partido e a denominação de seu jornal. [N. E.]

11. Organização de orientação trotskista fundada em 1979 a partir de dissidência da Organização Socialista Internacionalista (OSI). Inicialmente denominada Organização Quarta Internacional, posteriormente o grupo passou a ser reconhecido pela denominação de seu jornal, *Causa Operária*. Após sair do PT, em 1992, compôs a Frente Revolucionária e passou a investir na construção do Partido da Causa Operária (PCO), fundado em 1995. [N. E.]
12. Neste contexto, membro do Diretório Nacional do PT. Foi também Secretário Nacional de Juventude do PT entre 1988 e 1990. [N. E.]
13. Neste contexto, membro do Diretório Nacional e Comissão Executiva Nacional do PT [N. E.]
14. Pedido de registro de tendências junto à Comissão Executiva Nacional do PT (CEN), que analisou os pedidos de acordo com a Resolução sobre Tendências, aprovada durante o 5º Encontro Nacional, realizado em 1987. [N. E.]
15. 7º Encontro Nacional do PT, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo/SP, entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990. [N. E.]

p) DN REGULAMENTA TENDÊNCIAS INTERNAS – 1990

I - Natureza da tendência interna

1- A presente Resolução regulamenta a existência e a atuação das Tendências Internas do PT, com base na Resolução sobre Tendências, aprovada no 5º Encontro Nacional¹, com emendas aprovadas na Reunião do Diretório Nacional de 16 e 17 de janeiro de 1988, e incorporando, ainda, demais decisões sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias até o momento.

2- O Partido dos Trabalhadores é constituído por filiados individuais. O programa político, a organização e o funcionamento, bem como as atividades do PT, são as que constam do manifesto de Fundação, do Programa, do Estatuto, do Regimento Interno e das resoluções aprovadas em Encontros e Convenções e nas demais instâncias de deliberação do Partido. Todos os filiados, sem exceção, devem submeter-se às disposições desses documentos. Serão aplicadas sanções previstas no Estatuto e no Regimento Interno às infrações cometidas por quaisquer filiados, sem exceção.

3- Filiados do PT podem constituir no interior do Partido, e com estrita obediência a esta Regulamentação, um agrupamento para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do Partido. Um agrupamento dessa natureza é denominado Tendência Interna.

3.1- Uma Tendência Interna, portanto, é um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido, e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta Regulamentação.

3.2- Os integrantes da Tendência Interna só podem ser filiados do PT, e, sem exceção, submetidos única e exclusivamente às regras e deliberações partidárias, bem como às normas disciplinares e éticas previstas no Estatuto e no Regimento Interno do Partido.

4- A Tendência Interna caracteriza-se por submeter-se ao programa e às resoluções do PT, por reconhecê-lo explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se na defesa de propostas alternativas ou complementares relacionadas com os aspectos parciais da política, da estrutura ou do funcionamento do Partido.

4.1- A Tendência Interna diferencia-se radicalmente de organizações políticas autônomas externas ao PT, por este assim consideradas. O PT não admite a dupla filiação e dupla militância dos seus filiados com relação a essas organizações autônomas.

4.2- Por construir-se como partido estratégico, com programa e organização aprovadas por seus filiados, o PT não se constitui numa frente ou numa federação de partidos ou de organizações.

4.3- A autonomia relativa da Tendência Interna não pode extravasar, sob qualquer hipótese, os limites definidos por esta Regulamentação e por outras deliberações sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias.

5- A Tendência Interna poderá adotar qualquer denominação com exceção

de “partido” – que a identifique e caracterize perante o conjunto de filiados do PT. Mas essa denominação deve ser precedida da expressão “Tendência Interna”.

5.1- A Tendência Interna dará conhecimento ao partido dos nomes de seus responsáveis.

II - Registro e reconhecimento

6- A Tendência Interna, caracterizada de acordo com o capítulo precedente, solicitará seu registro à Secretaria Nacional de Organização.

7- Do pedido de registro devem constar:

- a) denominação da Tendência Interna;
- b) nome dos responsáveis pela Tendência Interna em nível nacional e estadual;
- c) documento sintético com as principais linhas políticas e com a forma geral de funcionamento da Tendência;
- d) compromisso com o Programa, o Estatuto, o Regimento Interno do PT e as resoluções aprovadas nos Encontros e nas instâncias do Partido;
- e) compromisso com os termos e o significado da Resolução sobre Tendências aprovada no V Encontro Nacional e com esta Regulamentação.

7.1- Poderão acompanhar o pedido de registro, a critério de cada Tendência Interna, documentos políticos, resoluções, exemplares de publicações e outras informações consideradas relevantes.

8- O pedido de registro será examinado pela SORG², que, em 15 dias, encaminhará à Comissão Executiva Nacional um parecer acompanhando a documentação.

9- No prazo de um mês a partir do recebimento do parecer da SORG, a CEN pronunciar-se-á sobre a solicitação de registro e remeterá o processo ao Diretório Nacional para decisão final.

10- A aceitação final e integral do pedido de registro significa o reconhecimento oficial, pelo PT, da existência da Tendência Interna, e a CEN dará ampla divulgação desse fato.

11- Qualquer filiado do PT pode pedir reconsideração dessa decisão ao Diretório Nacional ou, em última instância, recorrer ao Encontro Nacional.

12- Se o pedido de registro não for aceito, os responsáveis pela Tendência Interna podem pedir reconsideração ao DN, ou, em última instância, recorrer ao Encontro Nacional.

13- Modificações de linha política, funcionamento e forma de atuação da Tendência Interna, bem como fusões e divisões ou autodissolução, serão comunicadas à SORG.

14- Com base em documentação apresentada por qualquer filiado, o DN poderá iniciar processo de cancelamento do Registro de Tendência Interna.

15- Se, em última instância, o registro for negado ou cancelado, o agrupamento dissolver-se-á como Tendência Interna, e, no caso de não dissolução, seus integrantes devem optar formalmente pela sua desvinculação do agrupamento, para não incorrerem nas hipóteses de dupla militância.

III – Atuação

16- Nos termos dos itens 3, 3.1 e 3.2 desta Regulamentação, a atuação da Tendência Interna circunscrever-se-á às instâncias, aos organismos e ao conjunto dos filiados do PT.

17- A expressão pública das posições do PT cabe exclusivamente aos dirigentes e às instâncias do Partido.

18 - A Tendência Interna encaminhará à CEN exemplares dos documentos por ela produzidos.

19 - Independentemente das posições assumidas por uma Tendência Interna, seus integrantes respondem individualmente perante as instâncias orgânicas do PT nos casos de desrespeito às deliberações partidárias e nos casos de infração à disciplina e à ética nos termos do Estatuto, do Regimento Interno e demais Resoluções do Partido.

20 - A Tendência Interna pode realizar publicações que estejam estritamente de acordo com esta regulamentação.

20.1 - As publicações da Tendência Interna serão dirigidas e distribuídas exclusivamente aos filiados do PT, com a finalidade de debate no interior do conjunto e disputa interna de orientação e direção.

20.2- As publicações da Tendência Interna não poderão servir de base para a construção de uma corrente autônoma em relação ao PT e com ele concorrente.

20.3- As publicações da Tendência Interna ostentarão com destaque na primeira página, logo após o título ou logotipo, os seguintes dizeres:

“Publicação de responsabilidade da Tendência Interna do PT...”(denominação da Tendência Interna tal como registrada).

“Esta publicação é de caráter interno do Partido dos Trabalhadores e dirigida e distribuída única e exclusivamente aos filiados do PT”.

20.4- Ao tratar de temas sobre os quais já existem resoluções do PT, as publicações da Tendência Interna tornarão explícita essa circunstância, como condição para divulgar as divergências a respeito.

20.5- Com base nesta Regulamentação e com divulgação de suas razões, o DN poderá exigir dos responsáveis pela Tendência Interna que adaptem suas publicações às presentes normas.

21- A Tendência Interna poderá ter escritórios ou locais para redação de publicações, dando-se ciência às instâncias de direção do Partido.

21.1- Os escritórios da Tendência Interna não se constituem em sedes públicas que sirvam de base para a organização de uma corrente externa ao PT, a qual se dirija diretamente à sociedade autonomamente em relação ao Partido.

IV – Finanças

22- Despesas que a Tendência Interna tiver com sua atuação poderão ser cobertas com campanhas próprias de arrecadação financeira.

22.1- As campanhas financeiras da Tendência Interna terão caráter interno ao PT, não podendo substituir, nem se superpor ou contrapor à política financeira do Partido.

22.2- Contribuições financeiras que filiados fizerem a uma Tendência Interna não os desobrigam de seus deveres para com o PT, nos termos das resoluções partidárias.

V – Relações internacionais

23- A Tendência Interna poderá realizar contatos internacionais e participar

de atividades com caráter de informação, discussão e intercâmbio, desde que seja feita prévia comunicação à Comissão Executiva Nacional do PT, especialmente à Secretaria de Relações Internacionais.

23.1- Nesses contatos, a Tendência Interna reafirmará sempre que as relações internacionais do PT são privativas do seu Diretório Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.

24- Mesmo que integrantes de uma Tendência Interna que se identifique com orientações distintas de correntes internacionais, os filiados do PT acatarão as deliberações do Partido, em quaisquer questões de caráter nacional ou internacional.

24.1- Os petistas não se subordinarão à orientação de qualquer outro partido ou organização política, seja nacional ou internacional.

25- As propostas de realização de campanhas internacionais, ou de atividades internacionais que impliquem em ação prática, serão submetidas previamente às instâncias do PT. O Partido poderá, então, a seu critério, adotar uma das três posições:

- a) adotar a proposta, e encaminhá-la;
- b) não adotar a proposta como Partido, mas autorizar a que filiados o façam;
- c) considerar que a proposta é contraditória com as orientações do Partido, e negá-la, consequentemente deliberando que filiados do PT não devam implementá-la.

26- Os filiados do PT, independentemente de serem ou não integrantes de uma Tendência Interna, sempre se identificarão publicamente como petistas, e não como representantes de organismos internacionais.

VI – Disposições transitórias

27- Por ocasião de Encontros, a Tendência Interna poderá apresentar posições e propostas de acordo com os regulamentos específicos dessas atividades.

28- De 21 a 31 de maio de 1990, o agrupamento já existente que quiser obter o reconhecimento como Tendência Interna, assegurando assim, direitos e deveres correspondentes, dirigirá à SORG pedido de registro nos termos desta regulamentação.

29- Esta Regulamentação entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Diretório Nacional.

São Paulo, 20 de maio de 1990
DIRETÓRIO NACIONAL

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 51, jul. 1990, p. 03-04. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. 5º Encontro Nacional do PT, realizado no Senado Federal, em Brasília/DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987. [N. E.]

2. Secretaria Nacional de Organização do PT, responsável por propor ao Diretório Nacional as políticas de construção e organização do partido. [N. E.]

q) DIREITO DE TENDÊNCIA – 1991

Uma das decisões que mais polarizaram o 1º Congresso foi o direito de tendência. O plenário esteve dividido, principalmente, entre os que defendiam a proposta mais restritiva – o texto base da tese da Articulação¹ – e os que defenderam a emenda finalmente aprovada.

A favor da tese-base da Articulação votaram 441 delegados – parte da Articulação e quase todos os delegados da tese “Um Projeto para o Brasil”².

A favor da emenda vencedora votaram parte da Articulação, os delegados que apoiaram a Tese 9³ (“Um Rumo Revolucionário para o PT”) e a maioria dos que apoiaram a Tese 10⁴ (“Por um PT Socialista e Revolucionário”). No total, 466 delegados.

Houve cerca de 150 abstenções dos que defendiam uma terceira proposta.

A emenda aprovada foi proposta inicialmente pela Articulação, e depois discutida e modificada em discussões com representantes da Tese 9, da maioria da Tese 10 e de “Um Projeto para o Brasil”.

Essa emenda defende o direito de tendência como permanente, mas entende que as tendências não podem definir-se como permanentes (pois estariam se colocando como tão estratégicas como o partido). Garante que as tendências possam organizar-se para defender suas posições no interior do partido, mas exclui seu funcionamento como frações públicas, organizando seus apoiadores para intervir nos movimentos sociais e na conjuntura.

Tudo isso faz parte de um esforço para que haja direito de tendência, mas não obrigação de tendência; para que os filiados não pertencentes a tendências não tenham menos condições de participar do partido; para que o centro da vida partidária esteja nos espaços do partido, não nos espaços das tendências. Com isso, o PT poderá se fortalecer como partido democrático, plural e, por outro lado, um partido real e não uma federação de frações.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 60, dez. 1991, p. 04. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Tendência interna do PT constituída em 1983, majoritária em praticamente toda a trajetória do partido. Surgida a partir do que ficou conhecido como “Manifesto dos 113”, a Articulação reuniu militantes petistas independentes oriundos de sindicatos (como o próprio Lula) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). [N. E.]

2. Tese 8, *Um projeto para o Brasil*, apresentada e assinada por José Genoi-ino e Augusto de Franco durante o 1º Congresso Nacional do PT. [N. E.]

3. Tese 9, *Um rumo revolucionário para o PT*, apresentada e assinada por Wagner Lino, Tatau Godinho e Raul Pont durante o 1º Congresso Nacional do PT. [N. E.]

4. Tese 10, *Por um PT socialista e revolucionário*, apresentada e assinada por Florestan Fernandes, Luiz Araújo e Vila Nova durante o 1º Congresso Nacional do PT. [N. E.]

r) FIM DO CICLO DE TENDÊNCIAS – 1991

Augusto de Franco¹

Para avaliar o 1º Congresso² é preciso considerar, inicialmente, que ele não pode ser resumido aos cinco dias finais que marcaram a culminância de um processo que vem se desenvolvendo há pelo menos quatro anos e que ainda vai continuar por outros tantos anos até consolidar uma nova forma-partido, melhor preparada para enfrentar os grandes e inéditos desafios desta nova era da luta pelo socialismo no mundo, cujo limiar estamos atravessando.

Desde o 5º Encontro Nacional³, em dezembro de 1987, o PT vem colocando, de forma mais incisiva, a necessidade de definir melhor a sua concepção de socialismo, de projetar os caminhos de sua construção no Brasil e no mundo e de realizar uma verdadeira revolução na sua forma de organização. O 1º Congresso, com seus nove meses de preparação – de fevereiro a novembro de 1991 – constituiu apenas um momento privilegiado de enfrentamento desses grandes desafios, que, de resto, ainda permanecem colocados, exigindo a nossa autossuperação.

Na avaliação do 1º Congresso é necessário, em segundo lugar, considerar o caráter simbólico e, portanto, mais denotativo do que conotativo, das grandes polêmicas e votações ocorridas em plenário. Ou seja, nos debates sobre a Ditadura do Proletariado, a Estratégia Democrática, os 30% de Mulheres, as Tendências e o “Fora Collor⁴”, o que estava em disputa era muito mais do que se explicitava nos encaminhamentos de votação. Com raras exceções, a grande imprensa que acompanhou o evento, ao não perceber isso, tomando o espírito pela letra e o alusivo pelo representado, continua desentendendo o PT. Tal não deve ocorrer, todavia, com os petistas, sob pena de não conseguirmos tirar todas as consequências das grandes decisões que foram tomadas pelo 1º Congresso.

Para dar um exemplo deste processo, no qual o discurso dissimula o real, vamos relembrar o debate sobre as tendências. A famosa “Emenda 23”, que venceu por apenas 25 votos a tese guia num universo de quase mil votantes, propunha uma regulamentação do direito de tendência mais rígida do que a atual, coibindo a existência de frações internas. Não era uma emenda ruim ainda que insuficiente para sinalizar a transição que, de qualquer modo, será operada a partir de agora, do partido de tendências para um partido com tendências. Neste sentido, o texto da tese guia era melhor porquanto menos ambíguo. Na verdade, porém, o que estava em discussão não era propriamente uma nova regulamentação, mais ou menos rígida, de um direito que, afinal, ninguém quer abolir no PT.

Na votação das tendências a discussão real embutida na polêmica sobre regulamentação, era a política de alianças internas a partir da qual se constituirá o novo bloco dirigente do PT. A divisão do plenário foi esclarecedora deste significado não imediatamente perceptível: votaram na “Emenda 23” - fruto de acordo com a DS⁵ – a própria DS, a Força Socialista⁶ (salvo engano) e a minoria da Articulação⁷

(vanguardada, nesta disputa, por membros da Executiva Municipal de São Paulo e das Executivas Regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro, contando com o empenho de vários Secretários-gerais).

Constituiu-se assim a “Emenda 23” numa proposta de lançar uma ponte com a ortodoxia sob a justificativa da governabilidade; isto é, da capacidade de um grupo continuar comandando o partido, mantendo-se no centro, como árbitro, para “administrar” ortodoxos e renovadores ao velho estilo tancrediano: “Uma no cravo, outra na ferradura”. No fundo, a escolha da Convergência Socialista como inimigo principal foi um pretexto para desviar a atenção do objeto do debate. O 1º Congresso discutiu uma nova regulamentação do direito de tendência não por causa da Convergência, uma vez que a velha regulamentação dava conta de “enquadrar” esta tendência e, no limite, até mesmo concedia poderes ao Diretório Nacional para excluir do partido seus integrantes.

O 1º Congresso rediscutiu a questão das tendências justamente porque são aquelas que compõem hoje 80% das direções (Articulação, VS, DS, NE, FS e MTM)⁸ que impõem uma velha dinâmica fracional à vida partidária e não as minoritárias frações explícitas (como a CS e OT)⁹. “O inimigo é a Convergência” constituiu-se enquanto um argumento do tipo “o culpado é o judeu”, como, aliás, já havia percebido Valério Arcary¹⁰, que pode ser tudo, mas não é um homem burro.

Afortunadamente, a maioria da Articulação e do Projeto para o Brasil, ao praticamente empatarem a votação, deram um sinal inequívoco a todo o partido de que é preciso de verdade, reconstruindo o PT como um partido democrático para todos os filiados e para a sociedade e não apenas para atender interesses dos grupos organizados em seu interior. De sorte que, independentemente do resultado desta votação, o 1º Congresso marcou, simbolicamente, o fim do ciclo do partido organizado por tendências.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 60, dez. 1991, p. 09-10. Acervo: CSBH/FPA.

NOTAS

1. Coordenador Político Geral do 1º Congresso Nacional do PT. [N. O.]
2. 1º Congresso Nacional do PT, realizado no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo/SP, entre os dias 27 de novembro e 1 de dezembro de 1987. [N. E.]
3. 5º Encontro Nacional do PT, realizado no Senado Federal, em Brasília/DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987. [N. E.]
4. Movimento pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, eleito em 1989, pelo partido PRN – Partido da Reconstrução Nacional. [N. E.]
5. Organização de esquerda de orientação trotskista fundada em 1979. Tornou-se tendência do PT em 1988, a partir das formulações consubstanciadas nas resoluções do 5º Encontro Nacional do partido referentes à estrutura partidária. [N. E.]
6. Força Socialista (FS) foi uma organização de esquerda, cuja orientação política era marxista. Atuou no Brasil entre 1989 e 2004 como tendência interna do PT. [N. E.]

7. Tendência interna do PT constituída em 1983, majoritária em praticamente toda a trajetória do partido. Surgida a partir do que ficou conhecido como “Manifesto dos 113”, a Articulação reuniu militantes petistas independentes oriundos de sindicatos (como o próprio Lula) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). [N. E.]
8. Respectivamente: Articulação, Vertente Socialista, Democracia Socialista, Nova Esquerda, Força Socialista e Movimento por uma Tendência Marxista. [N. E.]
9. Respectivamente: Convergência Socialista e O Trabalho. [N. E.]
10. Valério Arcary (1952), historiador e militante trotskista. Ajudou a construir o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), e no contexto deste documento fazia parte da Convergência Socialista (CS). [N. E.]

s) PARTIDO¹ – 1991

1. Após 11 anos de intensa luta política e social, o Partido dos Trabalhadores defronta-se com uma situação diversa daquela que marcou sua origem e crescimento. Transformamo-nos num dos principais partidos do País, com presença institucional, social e organizativa nacional. Os movimentos sociais sob nossa direção ou influência registram difusão ou crescimento notáveis ao longo da década tornando mais complexas as suas relações com o Partido. Alcançamos uma presença institucional – nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional – muito superior ao que julgávamos possível há 11 anos. Chegamos ao segundo turno das eleições presidenciais em 1989; quase vencemos, e continuamos como uma das forças políticas aptas a disputar as próximas eleições presidenciais. Finalmente, mas não menos importante, o PT de hoje está chamado a enfrentar uma situação internacional e um tipo de luta política e ideológica completamente diferentes daqueles existentes à época de sua fundação: o desmanche do Leste Europeu, a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal.

O PT situa-se, hoje, num terreno mais vasto e complexo da luta de classes. Questões como a combinação da luta de massas com ação de governo, ou como a resistência ao neoliberalismo de Collor com a afirmação de alternativas concretas, ou como a defesa da democracia, apresentam-se como tarefas imediatas. A simultaneidade do crescimento de tais desafios com a radical alteração das relações de poder mundial configurou um quadro profundamente impactante para o PT.

2. Nossos desafios atuais envolvem, fundamentalmente, o enfrentamento do processo de definições políticas, ao mesmo tempo teóricas, como também de um projeto real de uma alternativa para o Brasil. Envolve, portanto, o desenvolvimento de nossa identidade e do perfil socialista do Partido. Nesse processo, nosso Partido entende que são muito importantes as lições mais gerais da luta dos trabalhadores de todo o mundo, e as reafirma como referências de sua cultura política, mas entende que é somente em confronto com nossa própria realidade que iremos construir o caminho para o socialismo no Brasil. Afastamos, assim, toda a reiteração dogmática de verdades a-históricas ou novos modelos que não digam respeito aos conflitos radicais que opõem, no Brasil, uma pequena minoria capitalista, associada aos interesses imperialistas, à grande maioria dos oprimidos e discriminados, entre os quais o PT tem a sua base decisiva e seus compromissos históricos. Diante desta nova época, diante das novas tarefas que esta época propõe ao Partido dos Trabalhadores, faz-se necessário repensar e alterar as estruturas organizativas, o método de funcionamento e de direção, os mecanismos e a maneira pela qual o PT se relaciona com a sociedade brasileira, com os movimentos sociais, com os outros partidos, com os trabalhadores e com o povo.

3. Nossa estrutura orgânica não apresenta mais correspondência com a nossa força real e representatividade social. Embora nosso Partido continue sendo, entre os partidos brasileiros, aquele que possui a maior militância, a vida interna mais efetiva e a maior dose de democracia interna, a verdade é que é preciso superar a nossa atual política de organização. A atual forma de organização do Partido está inadequada e até

mesmo caduca. Temos uma estrutura verticalizada, que engloba as instâncias atuais (DN, DR, DM, Núcleos e Zonais)², mas que não dá conta de um Partido como o nosso. Possuímos, de fato, uma estrutura de elite, que não oferece canais de participação para uma camada mais ampla de petistas, quanto mais para uma participação maciça. Esta situação se agrava quando as instâncias se esvaziam, seja pelo cansaço, seja porque são viciadas, tendo se tornado palco de discussões inúteis.

4. É preciso reconhecer, além disso, que qualquer estrutura organizativa que pretenda reunir algo além dos militantes mais ativos não pode estar baseada no ritual de reuniões demoradas, constantes e cansativas. A sociedade atual – em que o trabalho absorve grande parte do tempo das pessoas; em que as alternativas de lazer e distração são muitas – estabelece uma competição tão grande que praticamente inviabiliza as formas organizativas baseadas apenas em reuniões. É preciso, por isto, considerar que a criação de mecanismos de comunicação – o uso do rádio, da imprensa, dos vídeos, da TV etc. – tornam-se indispensáveis a qualquer política consequente de organização. Comunicação, hoje, não é só poder: é instrumento de organização.

5. Ao longo dos últimos anos, estabeleceu-se uma divisão de trabalho no interior do Partido: aos petistas que militam nos movimentos sociais caberia travar a luta reivindicatória; aos parlamentares e aos nossos quadros à frente dos governos municipais caberia ocupar-se da luta institucional; e às direções partidárias caberia administrar a vida interna do Partido, exercer algum comando durante as campanhas eleitorais e funcionar com uma espécie de tribunal de última instância para as disputas entre os petistas.

6. Ao apresentarmos este sucinto diagnóstico – em grande parte contido nas resoluções do 5º e do 7º Encontros Nacionais³, que frisaram a necessidade de promover uma verdadeira revolução em nossa organização partidária – queremos destacar que ainda está por ser feito um balanço global – histórico, político e organizativo – da experiência de construção do próprio Partido dos Trabalhadores. Até porque acreditamos que é o estudo da experiência desses 11 anos que pode servir como inspiração fundamental para as alterações que se fazem necessárias na forma de construir o Partido dos Trabalhadores.

7. Temos um dever no PT, um partido diferente, de desenvolver uma nova ética partidária, também diferente, e expressá-la claramente em nossos estatutos. Essa nova ética político-partidária tem que se assentar em quatro pilares: em 1º lugar, a postura individual dos militantes; em 2º, a relação dos militantes entre si; em 3º, o conceito de fidelidade partidária; e, em 4º, a relação dos militantes e do Partido com o mundo exterior a ele.

Quando falamos do primeiro pilar, estamos falando da integridade política individual que, por exemplo, não admite que um petista coloque seu mandato ou cargo a serviço de seu uso político pessoal, através de políticas clientelistas, mesmo que isso seja aceito na legalidade burguesa. Estamos, assim, propondo uma nova ética política pessoal petista.

8. No que se refere ao segundo pilar, é essencial desenvolver o sentimento fraterno entre todos os militantes. No PT, não pode haver inimigos, mas somente companheiros que divergem, por acres e agudas que sejam as divergências. Essa unidade de ação não significa unanimidade e pressupõe que seja sempre respeitado o direito das minorias na sua justa e contínua luta para se transformarem em maioria.

9. O terceiro pilar implica que o conceito de fidelidade partidária no PT tem que expressar, claramente, que o Partido é mais do que a simples soma de seus militantes. Não se trata de cercar a liberdade individual, sobretudo no nível de liberdade de expressão, mas sim garantir que a energia de todos os militantes esteja voltada para a efetivação do programa, da tática e estratégia partidária decidida pela maioria.

10. Já o quarto pilar implica que aquilo que é aceito como normal pelos políticos não sirva de exemplo para o PT, por maiores que sejam os argumentos casuísticos empregados. Isso porque não é possível e não funciona pretender ter uma ética interna ao Partido e outra, oportunista, em suas relações com a sociedade em geral.

Assim, finalmente, é necessário que as instâncias partidárias que tratam especificamente desses assuntos no Partido, como as comissões de ética ou similares, e que se apoiam nestes quatro pilares, não tenham caráter policial ou judicial, mas sim que sejam órgãos de cooperação política das instâncias dirigentes, o que implica que, em seus trabalhos normais, procurem, antes de mais nada, encaminhar politicamente as controvérsias que lhes serão apresentadas.

Um método de discussão

11. Ao mudar a estrutura organizativa do PT, devemos levar em conta a atuação concreta do Partido, a nossa intervenção política, as profundas diferenças regionais, setoriais e culturais, assim como os diferentes níveis de participação e responsabilidades existentes dentro do Partido. Por isto mesmo, os debates terão sucesso em propor uma nova forma de organização partidária se eles mesmos se preocuparem não tanto em enunciar princípios gerais de funcionamento, mas sim em sugerir novas formas de organização, a partir, principalmente, das sugestões e opiniões do conjunto das bases partidárias. Por essa mesma razão, entendemos as resoluções aqui apresentadas como inovações experimentais. Se devemos ter audácia nas propostas de estruturação partidária, cuja referência deve ser a década de 90, é preciso também adotar a modéstia de quem não tem propostas acabadas e definitivas acerca de desafios tão importantes.

12. Nessa discussão, nossa principal preocupação deve estar em combinar a consolidação simultânea do PT como movimento e como instituição. Movimento com profundas raízes na sociedade e na classe trabalhadora brasileira, base social de nosso Partido, uma força política, social e cultural de expressão, capaz de manter relação e diálogo permanentes com os movimentos sociais e partidos políticos, dotado da dedicação, da espontaneidade, da fibra e da improvisação típicas de um partido de massas que pretende revolucionar a sociedade. Instituição assentada numa rede de organizações partidárias e parapartidárias – imprensa, escolas de formação, institutos de pesquisa, livrarias, assessoria à direção, estruturas profissionais de finanças – que assegurem nossa presença cotidiana em todos os embates da luta de classes.

13. Saber combinar a nossa consolidação como instituição e como movimento político, social e cultural; partido de massas com formas organizativas diversificadas; partido que dialoga e propõe política aos diversos setores sociais, que aspira tornar-se dirigente hegemônico: estas são as preocupações de ordem mais geral que devem orientar todas as alterações organizativas que venhamos a adotar no 1º Con-

gresso. Para nós, solucionar os problemas internos do Partido supõe exatamente a eliminação do internismo, o justo equacionamento da nossa relação com a sociedade e a nossa capacitação para os embates políticos. É nesta medida que evitamos a falsa contraposição, proposta por alguns, entre partido de interlocução e partido dirigente, que se estabelece quando reduzimos o papel do partido a um mero apresentador de projetos à sociedade, pretendendo, assim, diluir seu caráter de classe e desqualificá-lo como instrumento decisivo para a disputa do poder.

14. Apresentamos, a seguir, sugestões voltadas para eliminar alguns dos gargalos que dificultam o funcionamento partidário. De saída, explicitamos que as propostas – acerca dos mecanismos de organização partidária, de comunicação – constituem não apenas uma crítica implícita aos defeitos da atual estrutura partidária, mas também uma autocrítica dos formuladores desta tese, responsáveis que somos, junto com os demais setores do Partido, pela construção do PT ao longo da década que passou, com seus méritos, mas também com seus defeitos.

15. Onze anos de construção partidária já demonstraram que os simpatizantes e filiados se aproximam do Partido quando compreendem os objetivos do PT, o que está em jogo e o que eles podem fazer pelo Partido. É isso que explica a grande afluência de petistas durante as disputas eleitorais: é visível para todos o que está em questão, quais os adversários, o que cada um pode fazer pelo PT. Por isto mesmo, a organização da base partidária passa pela adoção de uma política permanente de intervenção do PT nas disputas cotidianas em nossa sociedade.

[...]

A unificação do Partido

30. Hoje, uma condição fundamental de democracia é a recuperação da capacidade de decisão do Partido, com o fortalecimento de suas instâncias de base e de direção. A formulação da política do Partido deve ser construída nas suas instâncias. Para isso, é necessário garantir o funcionamento das direções, o compromisso do conjunto dos dirigentes e figuras de projeção pública do Partido com as tarefas de construção e com o encaminhamento das deliberações partidárias. Nos processos de debate interno, a referência fundamental deve ser construída através da elaboração das instâncias dirigentes, ao invés de centrada nas propostas de cada tendência, como tem ocorrido na preparação dos Encontros.

31. É preciso, também, combater a proliferação e o fortalecimento de centros autônomos de poder, que solapam atribuições e concorrem com as instâncias partidárias. A maior circulação de informações contribui para o controle das atividades das diversas “expressões públicas” por parte do conjunto das instâncias e bases partidárias e é uma condição fundamental para a unificação partidária.

32. As resoluções do 5º Encontro Nacional já apontaram, acertadamente, que a capacidade de atuação unificada do Partido envolve, entre outras questões: “a existência de definições políticas claras”, “a consciência por parte da militância petista da necessidade de centralização política do PT” e o “funcionamento pleno das instâncias de direção partidária”. Porém, a vida tem demonstrado que, além disso, a unificação do Partido e, em especial, o necessário trabalho de desconstituição

da dinâmica de gestação e funcionamento, seja de “centros autônomos de poder” (bancadas parlamentares, administrações, as chamadas “expressões públicas” etc.), seja das tendências, requer um permanente esforço das direções partidárias visando manter a iniciativa política.

33. Nesse sentido, impõe-se mobilizar o Partido para:

1) elaboração democrática das linhas para nortear a ação dos petistas nos movimentos sociais, a começar pela atualização da linha sindical;

2) potencializar o desenvolvimento dos meios de comunicação partidários de modo a que se constituam em efetivos veículos de orientação do agir político cotidiano dos petistas.

34. O direito de tendência, aprovado pelo 4º Encontro Nacional⁴ e regulamentado pelos 5º e 7º Encontros Nacionais, jogou papel importante nas dissoluções dos partidos dentro do PT, na recusa de modelo de partido monolítico e na afirmação da democracia e pluralismo inerentes ao PT. Nesse sentido, o direito de tendência, que entendemos como permanente, trata-se de uma aquisição do PT.

35. Entretanto, o direito de tendência não pode ser entendido como o monopólio da vida partidária pelas tendências. O funcionamento interno do PT, quando reduzido à ação de suas tendências, trava o crescimento do Partido e dificulta a sua ação pública.

36. Em certa medida, isto é o que ocorre hoje. Por um lado, porque o precário funcionamento de nossas instâncias, a carência de mecanismos de formação e a quase inexistência de meios de comunicação partidários acabam marginalizando filiados; quem não fizer parte de uma tendência tem acesso dificultado às informações, às discussões e às direções partidárias.

37. Por outro lado, a aplicação do regulamento de tendências não conseguiu eliminar a existência e a cristalização, no Partido, de verdadeiras frações. É verdade que, hoje, é geral o reconhecimento — mesmo que em alguns casos somente formal — do caráter estratégico do PT, mas persiste o fracionamento da ação pública do Partido, especialmente no movimento sindical. Algumas tendências aderiram apenas tacitamente aos critérios da resolução de tendências, mantendo sedes públicas e jornais públicos, em choque com as posições do conjunto do Partido.

38. O PT deve ser um partido com tendências, mas não um partido de tendências. O PT é um partido com direito de tendência, mas não admite que petistas ligados às tendências possuam mais direitos do que os militantes petistas desvinculados de tendências. O PT é um partido onde vigora o mais amplo direito de divergência e crítica, onde o direito de filiados organizarem-se em tendências vigora permanentemente, com pleno reconhecimento dos direitos das minorias, mas não é uma federação de frações.

39. Entre as diversas medidas para desbloquear a vida do Partido e ampliar sua democracia e seu pluralismo, propomos a seguinte regulamentação do direito de tendência:

1- Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se como de vida permanente.

2- Ficam proibidas as sedes próprias. As tendências que mantiverem espaços para organizar suas atividades, que deverão ser sempre internas ao Partido, não

poderão fazer uso delas para reuniões de tendências com não filiados. A existência deste tipo de espaço deverá ser do conhecimento da direção partidária e autorizada por ela, ficando proibido que eles ostentem qualquer tipo de identificação pública, e podendo ser usado pelo Partido, devendo suas atividades ser abertas para qualquer filiado. Recomendar-se-á que se reúnam nas sedes partidárias.

3- As tendências internas poderão produzir boletins informativos, de circulação estritamente interna ao Partido, bem como editar publicações voltadas ao debate político e teórico ou propostas sobre conjuntura e movimento social, internamente ao Partido. É vedada às tendências a publicação de folheto, jornal, revista ou qualquer outro meio de comunicação voltado a orientar e organizar a intervenção política das tendências no movimento social, na conjuntura, ou para difundir posições de tendência fora do PT. É vedada também a circulação de quaisquer documentos públicos assinados por tendências, mesmo que veiculando posições oficiais do Partido.

4- As tendências poderão manter mecanismos de arrecadação de recursos, desde que eles não concorram com as finanças partidárias ou adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna. Iniciativas patrocinadas pelas tendências para arrecadar recursos internamente ao PT devem ser comunicadas à direção partidária.

5- As relações internacionais são atributo exclusivo do Partido, através de suas instâncias de direção.

6- A Direção Nacional avaliará as relações internacionais mantidas atualmente por tendências e considerará esses relacionamentos quando estiverem de acordo com a política do Partido. Essa avaliação será tomada como base para o DN estabelecer as formas, processos e prazos para superar a atual situação. Nesta perspectiva, não haverá, portanto, representação de tendências internas do PT em eventos ou organismos internacionais.

7- As tendências internas do PT não podem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações das tendências não podem se sobrepor – ou se chocar – ao encaminhamento prático das decisões partidárias.

8- Fica aprovada esta regulamentação de tendências, compreendendo que, como antes, a unidade do Partido demandará um processo político para pôr fim às verdadeiras frações que atuam no Partido. Nesse sentido, a Direção Nacional deve garantir seu cumprimento.

[...]

A democracia interna

69. A preservação e a ampliação da democracia interna do Partido estão relacionadas não apenas a medidas organizativas estrito senso, mas, principalmente, à maior circulação das informações, à maior amplitude do trabalho de formação política e ao estabelecimento de uma nova sistemática de funcionamento partidário, que não privilegie, de fato, os militantes agrupados em tendências, em detrimento daqueles que são apenas e tão somente petistas, sem alinhamento com nenhuma de nossas tendências internas.

70. Entre essas medidas, possui particular importância a alteração dos me-

canismos de debate e de escolha dos delegados aos nossos Encontros. Acreditamos que deve ser incorporada, permanentemente, ao regimento partidário aquilo que for julgado positivo na experiência do I Congresso – para o qual se propôs a eleição de delegados setoriais, municipais e estaduais, com direito a apresentação de candidaturas avulsas. Mesmo a dinâmica interna dos Encontros deve ser revista, garantindo-se também melhores condições para o debate que antecede a sua realização. A alteração dos mecanismos eleitorais é uma das medidas que propomos para superar a sub-representação (em nossos encontros e direções) de trabalhadores urbanos e rurais, assim como das mulheres. Naturalmente, o conjunto de medidas aqui propostas – com particular destaque para a criação de um jornal do Partido e, também, para a criação de uma Escola Nacional de Formação do PT – reduziriam sobremaneira os privilégios que os militantes agrupados em tendências possuem.

71. Será garantida nos Encontros e convenções do Partido a organização de creches durante a sua realização, como forma de assegurar que nenhum delegado ou delegada seja privado de seu direito à plena participação em função de ter filhos.

72. São instâncias deliberativas máximas do PT, em seus respectivos níveis, o Congresso Nacional (convocado ordinariamente de três em três anos), os Encontros Estaduais e os Encontros Municipais. Entre um Congresso Nacional e outro, o CN pode, por maioria de 2/3 de seus integrantes, convocar Encontro Nacional Extraordinário.

73. Participam do Congresso Nacional delegados eleitos nos Encontros Setoriais, nos Encontros Municipais e nos Encontros Estaduais. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas ou, no caso dos Encontros Estaduais, através de chapas e candidaturas avulsas.

74. Participam do Encontro Estadual delegados eleitos nos Encontros Setoriais, nos Encontros Municipais e nos Encontros de Macrorregiões (ou Conselhos Deliberativos), onde couber. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas e candidaturas avulsas.

75. Participam do Encontro Municipal todos os filiados do Partido, nas cidades com até X filiados (o Estatuto do Partido definirá número, quantidades e porcentagens nos casos em que, daqui por diante, aparecer X ou qualquer outro sinal de quantificação). Nas cidades com mais de X filiados, participam do Encontro Municipal delegados eleitos nos núcleos de base, nas plenárias setoriais e nas plenárias zonais. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas e por candidaturas avulsas.

76. Participam do Encontro Nacional Extraordinário delegados eleitos nos Encontros Setoriais, Municipais e Estaduais, com as mesmas normas dos Congressos, mas com quórum mínimo reduzido em 50%.

77. As normas relativas aos Encontros Setoriais devem ser elaboradas a partir de uma avaliação do processo preparatório do I Congresso, a ser elaborada pelas Coordenações Setoriais Nacionais do Partido, em conjunto com a comissão encarregada de elaborar a proposta de novo Regimento Interno.

78. A base para eleição de delegados deve ser calculada a partir do número de filiados do Partido em determinado nível e do número de participantes no processo de eleição dos delegados.

79. Para evitar distorções, se procederá a uma reafiliação nacional, tomando como ponto de partida o que já foi feito nos encontros preparatórios ao 1º Congresso. É preciso definir os mecanismos de formalização das filiações.

80. Quando em processo de Congresso ou Encontro, cada filiado só participa, vota e é votado em apenas uma instância de deliberação e eleição de delegados.

81. O Congresso Nacional e os Encontros Estaduais e Municipais deliberam temas de linha política, em seu respectivo âmbito de ação, e elegem a direção de seu nível respectivo.

82. O Conselho Deliberativo do Partido passa a ser composto por:

- dirigentes eleitos diretamente pelo Congresso do Partido, em número nunca inferior a 50% do total de membros do Conselho Deliberativo Nacional;
- dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros Estaduais preparatórios ao Congresso, proporcional ao número de filiados de cada estado;
- dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros Setoriais Nacionais preparatórios ao Congresso, proporcional ao número de filiados participantes dos Encontros.

83. O Conselho Deliberativo Nacional elege, entre seus integrantes, uma Comissão Dirigente Nacional.

84. O Conselho Deliberativo Estadual (CE) do Partido passa a ser composto por:

- dirigentes eleitos diretamente pelo Encontro Estadual, em número nunca inferior a 50% do total de membros do CE;
- dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros Setoriais Estaduais, proporcional ao número de filiados de cada Setor;
- dirigentes eleitos diretamente pelos Encontros das Macrorregiões (onde houver) e pelos Encontros Metropolitanos (cidades com mais de X habitantes) .

85. Em cidades com mais de X filiados, o Conselho Deliberativo Municipal será composto por:

- dirigentes eleitos diretamente pelo Encontro Municipal, em número nunca inferior a 50% do total;
- dirigentes eleitos diretamente pelos núcleos, plenárias setoriais e plenárias zonais, proporcional ao número de filiados de cada instância.

86. Em cidades com menos de X filiados, o Conselho Deliberativo Municipal será composto por:

- dirigentes eleitos diretamente pelo Encontro Municipal, em número nunca inferior a 50% do total;
- dirigentes eleitos diretamente pelos núcleos, proporcional ao número de membros de cada núcleo.

87. Os presidentes do Partido, em qualquer nível, são eleitos pela plenária dos Encontros ou Congresso.

88. Os Conselhos Deliberativos, em todos os níveis, elegem entre seus integrantes Comissões Dirigentes.

89. Os setores de atuação partidária devem realizar, de dois em dois anos, encontros para discutir e deliberar sobre a política de atuação em sua frente específica, bem como para eleger Coordenações Setoriais em cada nível.

90. Em período congressual, devem-se reunir Encontros Setoriais Extraordinários, para indicar os titulares das Coordenações Setoriais ou Coordenadores Setoriais. Os titulares das Coordenações Setoriais integram as Comissões Dirigentes no nível respectivo.

91. Os setores de atuação partidária serão regulamentados a partir de um balan-

ço da experiência dos Encontros Setoriais para o 1º Congresso⁵. Deve ser considerada, ainda, a possibilidade de instâncias de eleição de delegados para os companheiros que atuam nas chamadas frente institucional e máquina organizativa partidária.

92. A estrutura e o funcionamento das Microrregiões internas a cada estado, bem como eventuais coordenações interestaduais, ficam a critério das respectivas Comissões Dirigentes, respeitadas as determinações gerais do Regimento Interno.

93. Em período de Encontro Estadual, realizar-se-ão os encontros de cada Macro, para indicar os integrantes do CE.

94. As instâncias do Partido, em qualquer nível, têm ampla autonomia para adotar formas específicas de funcionamento, desde que não se fira a letra e o sentido do Regimento Interno e seja comunicado à Comissão Dirigente de nível superior.

95. Nas cidades com mais de 1 milhão de eleitores, poderá haver Conselhos Deliberativos Zonais, estruturados com base geográfica, com Comissões Dirigentes eleitas por plenárias zonais e diretamente pelos núcleos existentes na região. Estes Conselhos Deliberativos Zonais subordinam-se ao Conselho Deliberativo Metropolitano, que terá, para todos os efeitos, as mesmas prerrogativas de uma Coordenação Microrregional.

96. As Comissões Dirigentes, em qualquer nível, estão autorizadas a convocar, de maneira permanente ou não, fóruns consultivos sobre qualquer tema.

97. Entre um Encontro Municipal e outro, o Conselho Deliberativo Municipal pode convocar plenárias municipais, com poder deliberativo, sobre ponto de pauta específico, de conhecimento prévio e geral, com quórum de 50% dos Encontros Municipais ordinários.

98. O Conselho Deliberativo Municipal pode convocar plenárias setoriais para discutir e deliberar sobre ponto de pauta específico, de conhecimento prévio e geral, com quórum de 50% dos Encontros Setoriais. O mesmo poder possui a Coordenação Setorial em qualquer nível.

99. O Conselho Deliberativo, em qualquer nível, deve convocar, obrigatoriamente, prévias/plebiscitos sobre candidaturas majoritárias e sobre política de alianças no 2º.o turno das eleições.

1. O Conselho Deliberativo pode convocar, opcionalmente, prévias/plebiscitos sobre temas polêmicos, como política de alianças, por decisão de 2/3 dos seus integrantes.

2. Será considerado obrigatório o cumprimento da deliberação de prévia/plebiscito que tenha obtido o quórum de X% de filiados.

100. Será considerada instância de base do PT, portanto Núcleo, qualquer grupo de filiados com número mínimo de nove pessoas, que se reúna regularmente, esteja inscrito na Comissão Dirigente Municipal e cumpra com as obrigações regimentais (cotização etc.).

101. Um quarto dos filiados do PT em qualquer cidade podem convocar plenárias municipais; 2/3 das instâncias de base do PT em qualquer cidade podem convocar plenárias municipais; por maioria simples; plenária municipal pode convocar Encontro Municipal, por 2/3; plenária municipal pode substituir membros do CM que tenham se desligado; 2/3 dos CM das Coordenações Setoriais Estaduais e das Coordenações Macrorregionais podem convocar Encontro Estadual Extraordinário por maioria simples; Encontro Nacional Extraordinário pode convocar Congresso Nacional.

Fonte: I Congresso Nacional do PT, 1991. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

NOTAS

1. Resolução aprovada durante o 1º Congresso Nacional do PT, realizado em São Bernardo do Campo/SP, entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991. [N. E.]
2. Instâncias do Partido dos Trabalhadores: respectivamente, Diretório Nacional, Diretórios Regionais, Diretórios Municipais, Núcleos e Diretórios Zonais. [N. E.]
3. Respectivamente: 5º Encontro Nacional do PT, realizado no Senado Federal, em Brasília/DF, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987; 7º Encontro Nacional do PT, realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo/SP, entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990. [N. E.]
4. 4º Encontro Nacional do PT, realizado no Hotel Danúbio, em São Paulo/SP, entre os dias 30 de maio e 01 de junho de 1986. [N. E.]
5. 1º Congresso Nacional do PT, realizado no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo/SP, entre os dias 27 de novembro e 1 de dezembro de 1987. [N. E.]

t) AS BASES DE UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA DEMOCRÁTICA E POPULAR¹ – 2001

Vitória de 2000 e crescimento do PT

[...]

17. Foi neste contexto histórico de crise do modelo neoliberal e da necessidade de dar uma resposta de esquerda que o PT deu mais uma contribuição revolucionária à democracia brasileira, ao realizar, pela primeira vez na história partidária do país, eleições diretas para a escolha de todos os dirigentes do partido. O PT reafirma os valores do socialismo democrático, que continua sendo uma possibilidade histórica aberta para a humanidade, um processo a ser construído, e não uma inevitabilidade. Compromisso assumido desde a construção do partido e sacramentado nas resoluções do I e II Congressos². Nas eleições de 2000, o PT obteve a sua mais importante vitória eleitoral. O PT se consolidou como partido nacional, majoritário eleitoralmente nas esquerdas e na oposição. Já no primeiro turno obteve 11.938.753 votos, um crescimento de 51,2% em relação a 1996.

Com a vitória em 187 municípios, os prefeitos petistas vão administrar 28,8 milhões de habitantes. O PT elegeu ainda 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores.

18. Este crescimento político do PT exige que o partido promova uma ampla formação política e cultural de sua militância, além de medidas de renovação organizativa, modernização estrutural e consolidação da democracia interna. As novas possibilidades e os novos desafios, que incluem também os problemas advindos de nosso crescimento institucional, demandam medidas que garantam o compromisso político-programático da militância, o respeito à democracia interna, o profissionalismo e a eficácia de nossas ações.

19. Além das próprias eleições diretas internas, outros passos importantes já foram dados: hoje dispomos de um planejamento orçamentário e transparência financeira; estamos implantando a Carteira Nacional de Filiação que racionalizará e dará maior confiabilidade e agilidade à vida partidária; está em fase final de elaboração o Cadastro-Geral do PT, que permitirá uma relação direta com cada filiado; conseguimos aprovar o novo Estatuto do Partido, reivindicação histórica de nossa militância, para compatibilizar as regras de funcionamento com a vida real do PT hoje. Mas podemos e devemos avançar ainda mais nessa direção, concretizando projetos já existentes que darão um salto de qualidade na construção partidária: a Agência de Notícias, o novo Portal do PT, a Intranet interligando os Diretórios em todo o país, a Organização Microrregional em todo o país, o projeto de História e Memória, o projeto de Formação Política Massiva a Distância, o Sistema de Informação e Documentos dos Governos e mandatos, o programa Vitrine 2002, entre outros. Essa verdadeira revolução organizativa, em parte já realizada, é fundamental para que o partido potencialize a sua ação política e aproveite, de modo sustentado e

duradouro, as amplas oportunidades conjunturais e histórias abertas ao avanço das esquerdas e das forças populares.

Fonte: XII Encontro Nacional do PT, 2001. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

NOTAS

1. Resolução aprovada durante o 12º Encontro Nacional do PT, realizado no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda/PE, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2001. [N. E.]
2. Respectivamente: 1º Congresso Nacional do PT, realizado no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo/SP, entre os dias 27 de novembro e 1 de dezembro de 1987; 2º Congresso Nacional do PT, realizado em Belo Horizonte/MG, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999. [N. E.]